

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

BEATRIZ DE ARAUJO MOZ

**A Grande Estratégia Americana no Pós-Guerra Fria: Reflexos da Política Externa dos  
EUA na Segurança Internacional Durante a Guerra ao Terror (2001-2008)**

Campinas

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS

FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BEATRIZ DE ARAUJO MOZ

**A Grande Estratégia Americana no Pós-Guerra Fria: Reflexos da Política Externa dos  
EUA na Segurança Internacional Durante a Guerra ao Terror (2001-2008)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Relações Internacionais da Escola de Economia e Negócios, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Me. Bárbara Dantas Mendes da Silva

Campinas

2024

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI  
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas Dados fornecidos  
pelo(a) autor(a).

M939g	<p>Moz, Beatriz de Araujo</p> <p>A Grande Estratégia no Pós-Guerra Fria: Reflexos da Política Externa dos EUA na Segurança Internacional Durante a Guerra ao Terror (2001-2008) / Beatriz de Araujo Moz. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.</p> <p>56 f.</p> <p>Orientador: Bárbara Dantas Mendes da Silva. TCC</p> <p>(Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Relações Internacionais, Escola de Economia e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Segurança Internacional. 2. Guerra ao Terror. 3. Estados Unidos. I. da Silva, Bárbara Dantas Mendes . II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Economia e Negócios. Faculdade de Relações Internacionais. III. Título.</p>
-------	---

## RESUMO

Este trabalho analisa a evolução da geopolítica mundial no pós-guerra, focando na transição da Política Externa dos Estados Unidos através dos elementos da Grande Estratégia. A relevância deste estudo reside na compreensão de como essas mudanças impactaram a Segurança Internacional. O objetivo principal é investigar como a nova Política Externa dos EUA influenciou a agenda de segurança global, especialmente à luz das teorias de segurança contemporâneas. Os resultados indicam que essa mudança sucedeu em uma militarização da Segurança Internacional, exacerbando tensões entre estados e contribuindo para a instabilidade em regiões como o Oriente Médio. Assim, a abordagem militarizada dos Estados Unidos, embora motivada pela busca de segurança, frequentemente gerou mais insegurança e fragilizou normas internacionais, evidenciando a complexidade dos desafios no atual cenário internacional.

**Palavras-chave:** Geopolítica, segurança internacional, política externa dos EUA, contenção, prevenção.

## **ABSTRACT**

This work analyzes the evolution of global geopolitics in the post-war era, focusing on the transition of U.S. foreign policy through the elements of Grand Strategy. The relevance of this study lies in understanding how these changes have impacted international security. The main objective is to investigate how the new U.S. foreign policy has influenced the global security agenda, particularly in light of contemporary security theories. The results indicate that this shift has led to the militarization of international security, exacerbating tensions between states and contributing to instability in regions such as the Middle East. Thus, the militarized approach of the United States, while motivated by the pursuit of security, often generated greater insecurity and weakened international norms, highlighting the complexity of the challenges faced in the current international landscape.

**Keywords:** Geopolitics, international security, U.S. foreign policy, containment, prevention.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 [Mapa da Estrutura dos Complexos Regionais de Segurança pós-Guerra Fria].....40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA: Estados Unidos da América

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

OMC: Organização Mundial do Comércio

FMI: Fundo Monetário Internacional

DHS: *Department of Homeland Security* (Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos)

TSA: *Transportation Security Administration* (Administração de Segurança no Transporte)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. CAPÍTULO 1: A GEOPOLÍTICA DO MUNDO NO PÓS-GUERRA.....</b>	<b>11</b>
2.1 A Posição Hegemônica dos Estados Unidos .....	11
2.2 Guerra Fria e a Doutrina de Contenção .....	18
2.3 O Cenário Internacional no Pós-Guerra Fria.....	24
<b>3. CAPÍTULO 2: MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL.....</b>	<b>28</b>
3.1 A Nova Ordem Internacional.....	28
3.2 Novos Atores e o Terrorismo Transnacional .....	31
3.3 A Doutrina de Prevenção e as Estratégias de Segurança .....	35
<b>4. CAPÍTULO 3: REDEFINIÇÃO DA SEGURANÇA INTERNACIONAL .....</b>	<b>41</b>
4.1 Paradigmas da Segurança Internacional .....	41
4.2 A Influência dos Estados Unidos no Sistema Internacional.....	44
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>50</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, através da metodologia de pesquisa de estudo de caso, será exposto a mudança na Política Externa dos Estados Unidos, que passou de uma estratégia de Contenção para uma de Prevenção e que teve um impacto profundo no Sistema Internacional e na Segurança Global. A nova Grande Estratégia dos EUA não se limitava apenas em restringir a expansão de potências adversárias, mas focava em prevenir a emergência de ameaças antes que elas se tornassem uma preocupação. Esse enfoque buscava, sobretudo, garantir a segurança nacional dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que visava manter sua supremacia global. Para alcançar esses objetivos, o governo americano ajustou suas estratégias diplomáticas, influenciando as respostas de outros países ao Terrorismo e buscando, simultaneamente, uma maior legitimidade no contexto global. Nesse sentido, os Estados Unidos procuraram consolidar sua liderança e ampliar seu poder de influência durante o período da Guerra ao Terror. Assim, este trabalho busca elucidar tais dinâmicas que delineiam a interação entre a Política Externa dos EUA e a Segurança Internacional, e responder como essa nova orientação estratégica impactou o Sistema Internacional e a agenda de segurança global, à luz das mudanças introduzidas pela Grande Estratégia americana.

O primeiro capítulo examina a evolução da Política Externa dos Estados Unidos ao longo das décadas, com ênfase na transição do Isolacionismo para o Intervencionismo. Inicialmente, o país norte-americano adotou uma postura isolacionista, concentrando-se no desenvolvimento econômico interno e evitando participação em conflitos externos. Essa abordagem foi em parte moldada pela geografia única do país e pela sua ascensão como potência econômica e militar emergente. Contudo, a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial representou um ponto de inflexão, marcando o início de uma mudança gradual em sua Política Externa, que passou a se voltar para o Intervencionismo, ainda que de forma temporária. A transição para uma política de fato mais intervencionista foi reforçada pela Grande Depressão e o crescente expansionismo japonês, o que levou os Estados Unidos a se envolverem ativamente nos conflitos globais, culminando na sua entrada na Segunda Guerra Mundial depois do ataque a Pearl Harbor em 1941. Após o fim da guerra, os EUA emergiram como uma superpotência global, assumindo a liderança do mundo livre e promovendo os valores americanos de democracia e liberdade.

O período da Guerra Fria deu origem a uma nova dinâmica geopolítica, caracterizada por um mundo multipolar e uma reconfiguração das relações internacionais, que trouxeram o surgimento de novos temas e atores no Sistema Internacional, principalmente após o fim do

confronto entre as grandes potências. Nos Estados Unidos, a Política de Contenção, expressa na Doutrina Truman e no apoio à OTAN, representou uma resposta estratégica do país à nova realidade global, buscando conter a expansão do comunismo e a proteção de seus interesses através de uma combinação de poder militar, econômico e cultural. Tal abordagem refletiu uma oscilação entre Isolacionismo e engajamento, à medida que os EUA tentavam equilibrar seus interesses nacionais com suas responsabilidades globais diante de um cenário internacional de constante mudança. Através dessas políticas e estratégias, os EUA consolidaram sua posição de hegemonia, moldando o mundo de acordo com as preferências e princípios morais da então única superpotência mundial. Teve-se assim o reforço da presença estadunidense em organizações internacionais chave, como a OTAN, o Conselho de Segurança da ONU e a OMC, adotando uma postura mais intervencionista. Logo, a promoção do livre comércio e a aplicação de sanções econômicas tornaram-se ferramentas centrais na formação da nova Ordem Mundial. Além disso, os Estados Unidos desempenharam um importante papel na resolução de disputas comerciais, influenciando diretamente os processos de tomada de decisão nessas instituições. Portanto, os Estados Unidos não só participaram das organizações internacionais, mas também moldaram ativamente suas dinâmicas, seja por sua capacidade de influenciar outros países ou por sua posição estratégica nas principais instituições multilaterais.

A realidade pós-Guerra Fria trouxe uma multiplicidade de novas ameaças globais, o que desencadeou a transição da Política Externa americana de Contenção para a de Prevenção. Os ataques de 11 de setembro de 2001 marcaram um ponto de inflexão decisivo na geopolítica mundial, evidenciando ainda mais as vulnerabilidades do sistema de segurança dos EUA e a urgência de uma reestruturação de sua estratégia nacional de segurança. A partir desse marco, os Estados Unidos adotaram uma abordagem mais proativa e preventiva para garantir sua segurança interna, ao mesmo tempo em que buscaram reafirmar sua hegemonia global, reconfigurando o Sistema Internacional e influenciando as relações de poder globais. No âmbito da Guerra ao Terror, o país orquestrou diversas intervenções militares no Oriente Médio, a fim de dismantelar grupos terroristas e depor regimes aliados, transformando a percepção mundial do Terrorismo e a necessidade de uma resposta coordenada para garantir a Segurança Internacional. Dessa maneira, os EUA não apenas redefiniram suas próprias políticas de segurança, mas também influenciaram as relações internacionais e a maneira como os países abordam a segurança global, enfatizando a ideia de uma guerra preventiva contra ameaças iminentes à estabilidade internacional.

O segundo capítulo aborda a complexa interação entre Segurança Internacional, dinâmicas regionais e a ascensão do Terrorismo Transnacional no contexto pós-Guerra Fria. Inicialmente, é analisada a concepção tradicional de segurança, que historicamente se baseava na dependência do poder militar para garantir os interesses nacionais dentro de um Sistema Internacional anárquico. Entretanto, com o advento de uma nova era geopolítica, a agenda de Segurança Internacional se expandiu para incluir ameaças não-tradicionais, como questões políticas, econômicas, ambientais e sociais, que desafiam os paradigmas anteriores. Nessa ótica, a Escola de Copenhague propõe uma abordagem mais abrangente, argumentando que as ameaças à segurança não se limitam apenas ao domínio militar nas relações entre potências regionais e grandes nações, assim, essa abordagem reconhece que o mundo pós-guerras exige respostas mais complexas às ameaças emergentes.

No terceiro e último capítulo, é explorado a reconfiguração da Segurança Internacional após os eventos do 11 de setembro e durante a Guerra ao Terror, destacando o papel da Política Externa dos Estados Unidos nesse processo. No mesmo contexto, é analisado as ações unilaterais e multilaterais adotadas pelos EUA, focando em como a Grande Estratégia contribuiu para a polarização global e a transformação do cenário geopolítico no início do século XXI. A partir da Teoria de Complexos de Segurança Regional de Buzan e Wæver (2003), é discutido a interdependência entre as dinâmicas de segurança regionais e globais, e como as percepções de ameaça e o poder hegemônico americano afetaram os complexos regionais de segurança. Juntamente, é abordado as respostas de atores internacionais diante das novas ameaças percebidas, com ênfase na transição da segurança tradicional para uma abordagem mais multidimensional que integra as novas mudanças na Ordem Mundial. O capítulo, assim, pretende iluminar as complexas interações entre a Política Externa americana, as dinâmicas de segurança regional e a evolução da Ordem Internacional, refletindo sobre os desafios de um ator hegemônico tentando manter sua posição em um mundo cada vez mais multipolar. A partir dessa análise, será possível entender como a hegemonia dos EUA moldou a Segurança Internacional e a arquitetura da Ordem Mundial, ao mesmo tempo que gerou respostas que alteraram a natureza da Segurança Global.

## 2. A GEOPOLÍTICA DO MUNDO NO PÓS-GUERRA

### 2.1 POSIÇÃO HEGEMÔNICA DOS ESTADOS UNIDOS

Ao longo das décadas, os Estados Unidos da América adotaram uma Política Externa isolacionista<sup>1</sup>, tendo em vista sua experiência colonial e preocupações com a consolidação de seu território. Desde o fim da Guerra da Independência<sup>2</sup>, o país priorizou o desenvolvimento da economia doméstica e a preservação de sua soberania, evitando o envolvimento em conflitos internacionais que pudessem desviar recursos e alterar sua paz interna. A Guerra Civil Americana<sup>3</sup> e a subsequente reconstrução social e econômica concentraram ainda mais a atenção dos EUA internamente, reduzindo o impulso para a intervenção externa. Na segunda metade do século XIX, enquanto mantinham uma neutralidade diplomática, a Revolução Industrial Americana<sup>4</sup> se consolidou, com a introdução de novas tecnologias e a formação de grandes corporações. O avanço industrial permitiu que os Estados Unidos concentrassem seus esforços no desenvolvimento econômico e na expansão territorial, e posicionou a América do Norte como centro industrial dominante. Portanto, através de tal papel isolacionista, que refletia a recusa estadunidense em assinar tratados e alianças com outras nações, teve-se a conquista de tamanho crescimento econômico, sendo esse um dos pilares que sustentou a futura influência global estadunidense. Como um indicativo, já em 1885 os EUA superaram a potência britânica em termos de produção industrial (Kissinger, 1994). Esse marco sinalizou uma mudança no equilíbrio global de poder econômico a partir daquele momento.

Em contraste com a política americana, a Europa do século XIX utilizava do equilíbrio de poder<sup>5</sup> como instrumento regulador de suas relações, em virtude do grande número de Estados e de poderes equivalentes no continente, limitando a extensão de conflitos e perpetuando a estabilidade e moderação na região. Como discutido por Paul Kennedy (1987), o sistema de

---

<sup>1</sup> Por política externa entende-se as ações de um Estado na proteção de seus interesses, especialmente em sua segurança nacional. Já a política isolacionista se caracteriza pela não-intervenção ou a busca pelo mínimo de envolvimento em assuntos internacionais, com o objetivo de preservar a soberania e evitar conflitos que possam comprometer a segurança interna. Assim, Kissinger (1994) define o isolacionismo como uma abordagem da política externa em que se procura minimizar a participação em compromissos externos, focando nos interesses próprios internos do país.

<sup>2</sup> Segundo David McCullough (2005), a Guerra da Independência marcou a luta dos colonos americanos, sob liderança de George Washington, pela autonomia em relação ao domínio britânico. O período moldou o desenvolvimento da identidade nacional dos Estados Unidos.

<sup>3</sup> De acordo com McPherson (1988), a Guerra Civil Americana (1861-1865) além de ter reconfigurado a estrutura política dos EUA, tratou da questão da escravidão e testou a capacidade do país em permanecer como uma nação unificada.

<sup>4</sup> A Revolução Industrial Americana influenciou a transformação econômica e ambiental dos Estados Unidos, moldando a estrutura industrial e desenvolvendo projetos voltados aos recursos naturais do país (White, 1995).

<sup>5</sup> Em “Theory of International Politics” (1979), Kenneth Waltz define o equilíbrio de poder como um mecanismo de entendimento da ordem e estabilidade no sistema internacional. O conceito é definido como um estado em que a distribuição de poder entre os Estados é tal que nenhum país ou grupo de países consegue dominar totalmente os outros.

equilíbrio de poder europeu era caracterizado pela competição constante entre várias nações, como o Reino Unido, a França, a Prússia e o Império Austro-Húngaro. Essas potências buscavam evitar a dominação de um único país sobre os demais, utilizando diplomacia, alianças e guerras limitadas para manter a estabilidade e prevenir a hegemonia. Dessa forma, a adesão do equilíbrio de poder foi articulada a fim de estabelecer a manutenção da política no continente e estruturar uma estratégia para contrabalançar o poder dos países, para que fosse possível assegurar a Europa de um conflito generalizado.

De acordo com Kissinger (1994), diferentemente da Europa, os EUA não optaram pelo equilíbrio de poder devido às suas circunstâncias geográficas: isolado das demais potências e cercado por oceanos e de outros países que detinham pouca capacidade de influência. Logo, não existia espaço físico necessário para que nascesse uma superpotência que desafiaria ou ameaçaria a existência dos Estados Unidos, exercendo controle sobre a costa leste e oeste e, conseqüentemente, sobre as rotas marítimas de acesso ao território americano. Ainda segundo o autor, o país detém a maior área disponível de terra arável contígua do mundo e possui uma vantagem inicial devido à zona de clima temperado em que se situa, o que lhes garante um espaço de produtividade agrícola conectado – o *Midwest*, região que contempla 12 estados e que se tornou um polo de riqueza e infraestrutura nos EUA. Nesse contexto de expansão – tanto continental como marítima – por todo o hemisfério do Ocidente, os Estados Unidos se viram emergindo como uma grande potência no mundo, considerando o declínio gradual das nações europeias, que evidenciava a diminuição da influência e do poder dos países da Europa ao longo dos séculos XIX e XX em razão do impacto das guerras mundiais e da necessária reconstrução e recuperação econômica.

Assim, Spykman (1944) identifica os Estados Unidos como o centro de gravidade econômica do mundo ao discutir a importância do poder marítimo e da geografia no equilíbrio de poder global, pontuando a existência de uma segurança física em razão de tais fatores geográficos. Logo, por não haver poder a ser equilibrado no continente, a ênfase americana se volta para a democracia e para as leis internacionais, que garantem segurança ao país. Isto posto, os Estados Unidos possuem uma única identidade e estrutura política, que os consolidam na comunidade internacional como uma unidade diplomática unificada em um território completamente conectado, o que foi benéfico para o surgimento de uma superpotência através de uma política isolacionista. Dessa forma, ainda de acordo com Spykman, os Estados Unidos não

possuíam interesse em operar em um Sistema Internacional<sup>6</sup> a partir do envolvimento em um equilíbrio de poder, mas sim, aspiravam ser o Sistema Internacional em si. Desta maneira, os EUA tinham a ambição de ser a principal força dominante dentro do sistema, ou seja, eles aspiravam a uma posição de supremacia e liderança global, em que a sua influência e os seus interesses determinassem as regras e a dinâmica do próprio Sistema Internacional.

Esta posição foi fundamentada na Doutrina Monroe<sup>7</sup>, que declarava a não-intervenção nos assuntos europeus e por conseguinte, a não-interferência europeia no continente americano. Não obstante, a Doutrina legitimava a intervenção dos Estados Unidos, não só em resposta a uma ameaça atual, mas também como medida preventiva contra qualquer ameaça potencial, tal como o equilíbrio de poder europeu. Portanto, essa política de autodomínio dos EUA, em que se tem a não-participação do país em conflitos, era uma estratégia que visava manter a estabilidade e o comprometimento dos interesses americanos à vista da manutenção de sua posição global, uma vez que para o governo americano, a Ordem Internacional global deveria se basear na democracia, no livre-comércio e na obediência internacional das leis que, sob todos os aspectos, promove a estabilidade de tal Ordem e institui a legitimidade da hegemonia dos EUA (Kissinger, 1994). Logo, a Doutrina traçou uma linha de separação entre as questões internas e externas, simbolizando o ápice da política isolacionista norte-americana. Williams (1959) ainda argumenta que, o Isolacionismo não foi unicamente uma estratégia para evitar alianças militares e compromissos externos, mas também uma abordagem que refletia uma crença na superioridade da missão americana e na capacidade de se proteger e prosperar sem precisar se engajar ativamente no cenário internacional.

A premissa da democracia<sup>8</sup> dos EUA fez com que o povo americano se convencesse de um *Destino Manifesto*, no qual o país se via encarregado de uma missão especial para difundir seus valores como contribuição à paz mundial, pois um “governo republicano sólido e justo”, como os Estados Unidos, seria “um monumento e um exemplo permanentes”<sup>9</sup> para os povos

---

<sup>6</sup> Segundo Waltz (1979), “Sistema Internacional” se trata da estrutura anárquica em que os Estados operam, na qual os Estados são os principais atores e agem com base em suas próprias percepções de segurança e interesse nacional.

<sup>7</sup> Proclamada pelo presidente James Monroe em 1823, a Doutrina dispunha de que os países da América eram independentes e não deveriam ser colonizados por potências europeias, e que qualquer intervenção da Europa no continente americano seria considerada uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos, o que afirmou a posição da nação como potência hemisférica (Bandeira, 2010).

<sup>8</sup> O conceito de democracia segundo Fukuyama (1992) pode ser definida como um sistema político no qual o governo é legitimado pelo consentimento dos governados, e onde as decisões políticas são tomadas através de processos eleitorais livres e justos.

<sup>9</sup> Carta de Jefferson a John Dickinson, 6 de março de 1801. In: KOCH, A.; PEDEN, W. (Eds.). *The life and selected writings of Thomas Jefferson*. New York: Modern Library, 1944. p. 561.

do mundo. Constatase, assim, que os governos dos Estados Unidos foram fundamentados pela moral de conduta americana – moral essa que se transformou em símbolo de liberdade. Logo, de acordo com Kissinger (1994), tinha-se a ideia de que a paz estava primariamente ligada às instituições democráticas, posto que as democracias não guerreiam entre si. Dessa maneira, todas as civilizações desejariam se tornar democráticas, sendo a missão dos americanos como *povo escolhido* levar-lhes a liberdade.

Adiante, os Quatorze Pontos de Woodrow Wilson – um conjunto de propostas que visavam estabelecer resoluções para a paz mundial –, apresentados durante a Primeira Guerra Mundial, além de propor a liberdade de navegação marítima, a redução de armamentos e a resolução de disputas coloniais, condicionou a criação da Liga das Nações<sup>10</sup> (predecessora da ONU) e o princípio de autodeterminação dos povos. Durante a Conferência de Versalhes<sup>11</sup>, em 1919, Wilson, 28º presidente dos Estados Unidos, defendeu aos europeus que o Sistema Internacional deveria basear-se em tal autodeterminação étnica em substituição ao equilíbrio de poder, pois a segurança da Europa viria a partir de uma segurança coletiva, e não de alianças militares. Entretanto, posteriormente, Franklin D. Roosevelt (32º presidente americano) sustentou que, se os interesses estadunidenses igualavam-se com os de outros países, os EUA necessitavam das demais forças para se prevalecer: Roosevelt defendeu a participação internacional dos Estados Unidos porque acreditava que os interesses nacionais do país demandavam isso. Além disso, ele considerava inconcebível alcançar um equilíbrio global de poder sem o envolvimento americano (Kissinger, 1994). Por outro lado, Wilson tinha uma justificativa mais messiânica<sup>12</sup> para a atuação internacional dos EUA, pois acreditava que o país norte-americano tinha obrigação não só de equilibrar poderes, mas também de difundir seus princípios e valores pelo mundo. Portanto, enquanto Wilson via isso como uma missão moral para promover os ideais estadunidenses globalmente, Roosevelt via a participação internacional como necessária para proteger os interesses nacionais, o que sinaliza um movimento de oscilação na abordagem da Política Externa americana.

---

<sup>10</sup> De acordo com Carr (1939), a Liga das Nações foi uma tentativa de criar uma ordem internacional baseada em princípios de cooperação e segurança coletiva. Carr argumenta que, embora a Liga tivesse uma estrutura sólida, ela falhou devido à falta de poder efetivo e à ausência de participação de grandes potências, como os Estados Unidos, e sua incapacidade de impor decisões e resolver conflitos internacionais de maneira eficaz.

<sup>11</sup> Trata-se da reunião das potências vencedoras que definiu os termos do tratado de paz com a Alemanha e seus aliados. O tratado resultante, o Tratado de Versalhes, impôs severas condições à Alemanha, incluindo a perda de território, restrições militares e pesadas reparações de guerra (Carr, 2009).

<sup>12</sup> Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos de 1913 a 1921, acreditava que a nação tinha uma missão moral e civilizadora, bem como havia sido destinada a promover a democracia e os valores americanos pelo mundo, de forma que os EUA seriam um líder para outros países seguirem (Kissinger, 1994).

Nesse sentido, a Primeira Guerra Mundial marcou o primeiro afastamento do país do Isolacionismo como dinâmica política. Embora inicialmente neutros, dois elementos impulsionaram os EUA para as questões globais: o seu poder expansionista e o declínio gradual do Sistema Internacional centrado na Europa. A mudança no equilíbrio de poder global, com o crescimento de outras potências industriais e o aumento das rivalidades imperialistas, começou a impactar a Política Externa americana. Desse modo, o país entra em 1917 na Primeira Guerra devido a vários fatores, incluindo ameaças à sua segurança, interesses econômicos, pressão pública, e intuito de propagação dos princípios morais americanos de democracia global e livre mercado com o discurso de conquista da paz mundial. Lafeber (1993) observa ainda que os Estados Unidos tinham de fato uma motivação nas questões econômicas, especialmente em relação à Europa, mas também havia um desejo da nação americana de moldar o pós-guerra, ou seja, buscava-se pela influência política e econômica do mundo após a Primeira Guerra Mundial. Estavam, assim, todas as grandes potências envolvidas na Primeira Guerra. Após o conflito, houve um retorno temporário ao Isolacionismo, refletido na oposição do Congresso americano em aderir a Liga das Nações, proposta e apoiada por Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos de 1913 à 1921 (Born, 2007). Logo, durante a Grande Depressão<sup>13</sup>, os Estados Unidos mantiveram sua política e aderiram ao não-alinhamento e, novamente, optou por políticas que davam prioridade às questões internas – seguindo assim o *Destino Manifesto*.

Contudo, os EUA adotaram uma política mais intervencionista ao oficializarem sua entrada na Segunda Guerra Mundial, depois do ataque japonês à base aérea de Pearl Harbor<sup>14</sup>. Como evidenciado, antes do ataque a política americana tendia a ser isolacionista, todavia, o evento catalisou uma mudança em direção a um engajamento estadunidense mais assertivo nas relações internacionais. Nesse sentido, Kissinger (1957) afirma que o ataque a Pearl Harbor desafiou a visão de que os EUA estavam a salvo de ameaças externas, o que levou a uma reavaliação da necessidade de engajamento ativo na segurança global. Por conseguinte, com a implementação da Grande Estratégia americana<sup>15</sup> e de um processo de protecionismo econômico, a nação americana conquistou o *status* de potência no cenário do pós-Segunda Guerra. Desde então, os Estados Unidos se mostraram “imbatíveis em força e convictos da justiça de

---

<sup>13</sup> Foi um período de crise econômica global que começou com o colapso da bolsa de valores dos Estados Unidos, mais conhecido como a crise de 1929. Por conseguinte, tem-se o surgimento do New Deal, um conjunto de programas e reformas implementados pelo presidente Roosevelt a fim de reestabelecer o sistema econômico e social dos EUA (Kennedy, 1999).

<sup>14</sup> Em 1941, a marinha japonesa atacou a base naval dos Estados Unidos em Pearl Harbor, o que determinou a entrada americana na Segunda Guerra Mundial como resposta ao Japão (Kissinger, 1957).

<sup>15</sup> Se trata das políticas e estratégias adotadas pelos Estados Unidos ao longo de sua história que moldaram a política externa do país (Bacevich, 2002).

seus ideais”, visto que “os principais acordos internacionais deste século foram a materialização dos valores americanos – da Liga das Nações e do Pacto Briand-Kellog à Carta das Nações Unidas e à Ata Final de Helsinque” (Kissinger, 1994, p. 18). Isso permitiu que a nação assumisse a liderança do mundo ocidental, consolidando uma presença militar global, um papel central no sistema financeiro e uma influência cultural expressiva.

“[...] A participação ativa de Roosevelt durante o conflito reforçava a percepção de que o envolvimento dos Estados Unidos nas relações internacionais passaria a ser absolutamente necessário e fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa para a preservação da ordem internacional. No entanto, cabia agora à nova potência comportar-se e agir de acordo com essas capacidades, projetando globalmente seu poder e assumindo a liderança na criação da ordem internacional” (Resende, 2011, p. 76).

Sucessivamente, nesse período de guerras, Roosevelt buscava uma Rússia enfraquecida, mas “não totalmente eliminada do equilíbrio de poder, pois, segundo as máximas da diplomacia do equilíbrio de poder, um enfraquecimento excessivo da Rússia apenas trocaria a ameaça russa pela ameaça japonesa” (Kissinger, 1994, p. 42). Seria benéfico para os EUA que a Rússia e o Japão se identificassem como rivais, a fim de conter ambas as forças. Todavia, o ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941, alterou o posicionamento externo dos Estados Unidos, que não compactuaram com tal expansão de poder no sudeste asiático. Dessa maneira, a implementação de uma política internacionalista tornou-se necessária, sob perspectiva da estratégia norte-americana, para que fosse possível aos EUA garantirem sua segurança. Ao final, o lançamento das armas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki<sup>16</sup> foi justificado pela necessidade de uma rápida rendição japonesa.

Assim, agora em um mundo não mais eurocentrado, a posição internacional estadunidense manifesta-se em contraste com a derrota das potências do Eixo<sup>17</sup> e a reconstrução europeia. Isto posto, o país emergiu como uma superpotência global no pós-guerra, atribuindo-lhe um papel de líder do mundo livre e promovendo a democracia e a liberdade, através da invocação da moralidade como meio de solucionar conflitos internacionais (Kissinger, 1994). Nesse cenário, os Estados Unidos nivelaram-se como hegemonia<sup>18</sup>, consolidando ainda mais sua

<sup>16</sup> Em 1945, os bombardeamentos atômicos em Hiroshima e Nagasaki marcaram o fim da Segunda Guerra Mundial. O uso das bombas pelos Estados Unidos por intermédio do Projeto Manhattan foi uma demonstração de poder e uma tentativa do país ocidental de garantir sua própria segurança, ao forçar a rendição do Japão e encerrar a guerra de forma decisiva (Waltz, 2003).

<sup>17</sup> O Eixo foi uma aliança centrada em três figuras principais: Adolf Hitler, na Alemanha, Benito Mussolini, na Itália e Hirohito, no Japão. Durante a Segunda Guerra, os líderes dos Aliados – principalmente Franklin D. Roosevelt dos Estados Unidos, Winston Churchill do Reino Unido e Joseph Stalin da União Soviética – cooperaram para derrotar as potências do Eixo (Evans, 2008).

<sup>18</sup> A assimetria relativa de poder dos EUA face aos demais Estados seria o precursor do posicionamento hegemônico do país, pois a posição dos Estados Unidos de “potência econômica e militar no sistema internacional

posição durante a Guerra Fria. O autor ainda discorre que, ao longo da história, o país adotou duas posturas contraditórias em relação à Política Externa. Por um lado, acreditavam que poderiam melhorar seus valores ao aprimorar a democracia internamente e servir de exemplo para o mundo. Por outro lado, sentiam-se obrigados a promover esses mesmos valores globalmente. Dessa forma, esse pensamento americano caracteriza-se por uma oscilação entre o “isolacionismo e o engajamento, embora predomine, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a realidade da interdependência” (Kissinger, 1994, p. 18), isto é, apesar das flutuações na abordagem americana — entre se afastar e se envolver —, a necessidade de um engajamento ativo em um mundo interdependente se tornou uma realidade predominante desde a Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto pós-guerra, os Estados Unidos se depararam com outros países no sistema que detinham, agora, *status* de grande potência. Diferentemente do fim da Primeira Guerra, quando o país se viu em um contexto de unipolarização e de conquista de sua hegemonia, no pós-Segunda Guerra tem-se a ascensão de novos Estados com forças equivalentes. Nesse sentido, o período pós-guerras revelou um governo estadunidense forte e centralizado, aliado à superação da Grande Depressão da década de 1930 e à evidente capacidade de investimento e atuação militar do Estado, o que contribuiu para o afastamento da postura isolacionista. Contudo, quanto mais o cenário mundial se tornava integrado e diversificado, dada a realidade de interdependência<sup>19</sup>, menos margem de manobra existia no sistema, uma vez que a complexidade limitava a flexibilidade dos Estados. À vista disso, tem-se a adoção da Doutrina de Contenção pelos EUA como medida política, econômica e militar após 1945, ano que marcou uma mudança na configuração de distribuição de poder, dado o deslocamento do eixo de poder<sup>20</sup>. Naquela posição, os formuladores da Política Externa norte-americana compreenderam que o país estava em uma “posição rara”, pois “não apenas possuíam as capacidades materiais, mas, sobretudo, o *momentum* para reavaliar seus interesses e formular uma nova estratégia global” (Resende, 2011, p. 77). Logo, era necessário ponderar uma estratégia que não apenas se concentrasse na contenção do comunismo, mas também na promoção de um modelo de Ordem Internacional que refletisse os valores democráticos e capitalistas dos EUA.

---

decorreu, em grande parte, da destruição das outras economias industriais durante a guerra, especialmente Japão e Europa Ocidental, e da preservação do parque industrial norte-americano” (Resende, 2011, p. 74).

<sup>19</sup> Nye e Keohane (1977) descrevem a interdependência como um fenômeno em que os países estão ligados por múltiplos canais (econômicos, sociais, ambientais, etc.), tornando as relações internacionais mais complexas do que em um sistema baseado apenas na segurança militar.

<sup>20</sup> No fim da Segunda Guerra, tem-se a emergência de duas potências exteriores do ao núcleo europeu – Estados Unidos e União Soviética (Resende, 2011).

## 2.2 GUERRA FRIA E A DOCTRINA DE CONTENÇÃO

A Guerra Fria foi um marco na política mundial, visto que trouxe uma nova dinâmica de poder para a agenda internacional. Através da manutenção de equilíbrio global e da articulação de posicionamentos externos das nações, o novo contexto histórico ingressou uma nova Ordem política que influenciou as relações de poder dos atores. Foi um período de tensão geopolítica e de confronto indireto entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e a União Soviética<sup>21</sup> – as duas superpotências sobreviventes no pós-Segunda Guerra Mundial –, sendo o bloco ocidental formado pelos Estados Unidos e seus aliados da OTAN<sup>22</sup>, e o bloco oriental constituído pelos soviéticos e seus aliados do Pacto de Varsóvia<sup>23</sup>. O termo do conflito faz referência ao cenário internacional, no qual havia uma “guerra” entre as superpotências, mas sem confrontos militares diretos entre elas, o que justifica a utilização da expressão “fria” (Biagi, 2001).

O confronto ideológico resultou da materialização de problemas políticos do pós-Segunda Guerra Mundial. Embora os EUA e a URSS tenham sido aliados na luta contra o Eixo durante a Segunda Guerra, suas relações já estavam se deteriorando devido a divergências ideológicas e objetivos geopolíticos, visto que se tratou de uma cooperação pragmática, baseada em interesses mútuos e não em uma compatibilidade ideológica. Ou seja, as relações entre americanos e soviéticos foram pautadas apenas por interesses comuns temporários. A intervenção militar dos Estados Unidos contra o Exército Vermelho<sup>24</sup> indica a presença dessas tensões entre os países já durante a Guerra Civil Russa<sup>25</sup>, e também na fundação da União Soviética em 1922, quando os EUA se negaram a reconhecê-la como um regime legítimo (Gaddis, 2005). Portanto, as duas potências estavam unidas no período anterior à Guerra Fria apenas por seu inimigo comum, e sem esse inimigo comum, havia pouca esperança de cooperação.

Assim sendo, os resultados mostraram que as alianças de conveniência formadas durante a Segunda Guerra não foram suficientes para cessar décadas de desconfiança e incertezas

---

<sup>21</sup> A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922 - 1991) foi um estado formado pela integração de diversas repúblicas socialistas, incluindo Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Cazaquistão, entre outras. Gaddis (2005) argumenta que a União Soviética se apresentou como uma alternativa ao capitalismo ocidental, promovendo um modelo socialista que se opunha à ordem liderada pelos Estados Unidos.

<sup>22</sup> A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) é composta pelos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Itália, e outros. Trata de uma aliança militar intergovernamental fundada em 1949 – durante a Guerra Fria –, com o objetivo principal de garantir a segurança coletiva e a defesa mútua de seus membros (Kaplan, 1999).

<sup>23</sup> O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar estabelecida em 1955 entre os países socialistas da Europa Oriental, liderados pela União Soviética, em resposta à formação da OTAN. Tinha como propósito a defesa contra uma agressão externa (Gaddis, 2005).

<sup>24</sup> Exército Vermelho faz referência às forças armadas da União Soviética, que foram estabelecidas logo após a Revolução Russa de 1917 (Gaddis, 2005).

<sup>25</sup> Carr (1950) argumenta que a Guerra Civil Russa foi um período decisivo na consolidação do poder bolchevique (os Vermelhos) e na formação do regime soviético.

mútuas. Após o fim do conflito mundial, surgiram discordâncias entre os Aliados vitoriosos sobre o futuro da Europa e do mundo. Os Estados Unidos e o Reino Unido defendiam a autodeterminação dos povos e a reconstrução econômica e democrática da Europa, enquanto a União Soviética buscava garantir uma zona de segurança ao longo de suas fronteiras ocidentais.

“Depois da II Guerra Mundial, ainda houve uma certa esperança de que a Grã-Bretanha pudesse encarregar-se de razoável parcela das responsabilidades pela manutenção da ordem mundial, e era geral a expectativa de que as Nações Unidas ajudassem a preservar a paz. Mas logo se viu que a retirada americana seria praticamente equivalente a consentir que a maior parte ou toda a Europa e o resto do mundo caíssem sob a hegemonia da União Soviética, uma potência antagônica e tirânica abertamente dedicada (de acordo com a sua ideologia oficial de luta de classes universal) à destruição da sociedade “burguesa” tradicional e da ordem internacional” (Wesson, 1978, p. 28).

Ademais, embora Roosevelt fosse cético em relação a Stalin devido às diferenças ideológicas, históricas e políticas, ele sempre manteve a esperança de que os soviéticos pudessem ser trazidos para o *Mundo Livre*<sup>26</sup>. Truman<sup>27</sup>, como Churchill<sup>28</sup>, não tinha tais ilusões; ele comprometeu os Estados Unidos com uma abordagem linha-dura e anti-soviética (Harbutt, 2010). Por conseguinte, George F. Kennan, diplomata que atuou na embaixada dos EUA em Moscou, enviou, em 1946, um telegrama ao Departamento de Estado norte-americano – chamado de *Long Telegram* –, denunciando a União Soviética. No telegrama, ele afirmava que não poderia haver cooperação entre os EUA e a URSS e que, para os americanos conseguirem preservar o seu próprio poder, deveriam “continuar a considerar a União Soviética como um rival, não um parceiro” e, em função disso, os soviéticos deveriam ser “contidos”. Logo, Kennan, assinando anonimamente por “X” na revista *Foreign Affairs*<sup>29</sup>, escreve em 1947 sobre o conceito de *containment* e difundiu a Política de Contenção, afirmando que os Estados Unidos deveriam “conter” o expansionismo soviético, mas não deveriam usar, nem ameaçar usar, a força para remover o regime comunista, uma vez que Kennan acreditava que tal abordagem poderia resultar em um conflito aberto e indesejado, aumentando as tensões entre as superpotências. Assim sendo, em vez de confrontos militares, o diplomata americano defendia o uso de instrumentos políticos, econômicos e diplomáticos para conter o comunismo, para que dessa maneira, fosse possível fortalecer as nações democráticas e criar condições que tornassem o comunismo menos

<sup>26</sup> O termo se refere ao bloco de países que adotavam sistemas políticos democráticos e economias de mercado, contrastando com os regimes comunistas liderados pela União Soviética (Kissinger, 1994).

<sup>27</sup> Truman se tornou presidente dos Estados Unidos após a morte de Franklin D. Roosevelt em 1945 (McCullough, 1992).

<sup>28</sup> Winston Churchill foi o primeiro-ministro do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial. O britânico tinha uma percepção sobre a ameaça representada pela União Soviética e defendia o estabelecimento de uma aliança entre os EUA e o Reino Unido para conter a expansão do comunismo (Gaddis, 2005).

<sup>29</sup> A Revista norte-americana *Foreign Affairs*, fundada em 1922 e publicada pelo Conselho de Relações Exteriores, é referência em diplomacia e assuntos internacionais.

atraente. Nesse contexto, Hobsbawm (1994) argumenta que a característica peculiar da Guerra Fria era que não havia uma ameaça imediata de guerra mundial. Apesar da retórica adotada por ambos os lados, que gerava instabilidades, os governos das superpotências “aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência” (Hobsbawm, 1994, p. 224), logo, o uso da força não era de todo necessário.

O processo de divisão do mundo em duas esferas de influência ditou o conceito de Segurança Americana, que visava a proteção das costas e a competição pela hegemonia global. O discurso de George Kennan formulou princípios que guiaram a Política Externa dos EUA em relação à URSS, devido à defesa do autor da política de contenção, com base na percepção de expansão soviética e rejeição de um diálogo de coexistência. Nesse sentido, os esforços diplomáticos para projetar os interesses do país e os princípios estadunidenses foram direcionados à Eurásia ocidental, oriental e no Golfo Pérsico, a fim de manter seus interesses de segurança. Assim, a declaração de Kennan estruturou as concepções da Política de Contenção, que definiu a Política Externa americana como reativa e direcionada para a contenção das tendências expansionistas soviéticas no período ré-Guerra Fria. Essa política foi delineada na Doutrina Truman<sup>30</sup>, exposta em um discurso do presidente Harry S. Truman em 1947, no qual teve-se o anúncio do apoio financeiro e militar à Grécia e à Turquia para combater o comunismo. O objetivo era que esses países permanecessem como nações democráticas, contornando a ameaça comunista (Kaufman, 2010), igualmente com o intuito de “criar um ambiente internacional favorável à sobrevivência e à prosperidade das instituições domésticas norte-americanas” (Resende, 2011, p. 97).

Assim, a falta de consenso de interesses e a alta desconfiança entre as superpotências levou à instauração da *cortina de ferro* – o Muro de Berlim –, uma divisão ideológica e física entre o leste comunista e o oeste capitalista da Europa. O jogo político trouxe um novo referencial para as dinâmicas de poder e condições de legitimação de políticas e níveis de atuação. Nesse período, os Estados Unidos apresentaram uma reconfiguração da dinâmica de suas políticas, tendo em vista o contexto bipolarizado e a necessidade de coordenar suas estratégias de forma que o país norte-americano conseguisse influenciar outras nações a seguirem o sistema capitalista. De modo semelhante, a União Soviética buscou aliados para manter acordos militares, comerciais e políticos, a fim de se fortalecer internacionalmente. Assim, as

---

<sup>30</sup> Sobre os princípios, da Doutrina Truman, a política dos EUA deveria “ser a de apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora” (Hobsbawm, 1994).

superpotências procuravam determinar suas esferas de influência, e os Estados Unidos, por meio da Grande Estratégia, articularam sua Política Externa estruturada na Doutrina de Contenção. A Grande Estratégia americana, segundo Ferreira (2011), baseou-se na abordagem das lideranças nacionais sobre os meios para atingir o núcleo duro do interesse nacional. Portanto, os meios dessa manobra envolveram considerações sobre o ambiente internacional e o doméstico, além dos elementos do poder nacional de forma ampla. Dessa forma, sob a influência de uma doutrina voltada para a contenção do avanço soviético, a dinâmica da Guerra Fria trouxe outras prioridades para o governo americano, tal como os recursos direcionados para a Europa pelo Plano Marshall<sup>31</sup>, a fim de mitigar a escassez de liquidez internacional, bem como o interesse na América Latina<sup>32</sup>, região que ficou à margem dos recursos financeiros estadunidenses.

No inverno rigoroso de 1946-1947, a fome pairava em grande parte da Europa continental. Nevascas e frio congelante interromperam a produção de carvão. Fábricas fechadas. O desemprego disparou. Em meio a essas condições, os partidos comunistas da França e da Itália conquistaram quase um terço dos assentos em seus respectivos parlamentos. As autoridades americanas temiam que as massas empobrecidas da Europa fossem cada vez mais vulneráveis à propaganda soviética. A situação permaneceu terrível durante a primavera, quando o secretário de Estado, general George Marshall, fez um discurso [...] [dizendo] que sua proposta ‘não era dirigida contra nenhum país, mas contra a fome, a pobreza... e o caos’[...]” (Beschloss, 2006, p. 199, tradução própria).<sup>33</sup>

Desse modo, como Kagan (2008, p. 49) pontua, a estratégia de poder americano “preencheu espaços e tentou estabelecer, sempre que possível, o tipo de ordem capitalista democrática e de livre mercado que os americanos preferiam<sup>34</sup>”. Diante disso, os Estados Unidos não só reagiam a eventos globais, mas ativamente moldavam a Ordem Internacional conforme seus valores e interesses. De modo semelhante a Roosevelt, Truman “negou o equilíbrio de poder, e buscou justificar os atos americanos pelos “princípios gerais, [...] coerentes com a nova Cartas

<sup>31</sup> O Plano Marshall surgiu por parte dos Estados Unidos como um plano de contenção da expansão comunista na Europa. Foi uma iniciativa de reconstrução econômica após a Segunda Guerra Mundial através de assistência financeira aos países europeus devastados pela guerra, visando a abertura de mercados e o ganho de apoio europeu às democracias capitalistas (Gaddis, 1982).

<sup>32</sup> O interesse na América Latina também fazia parte da política de contenção, uma vez que os EUA viam a região como uma área de influência, e buscavam estabelecer alianças militares no território como parte da estratégia de segurança e de controle norte-americana (Chomsky, 2000).

<sup>33</sup> “In the harsh winter of 1946–1947, famine loomed in much of continental Europe. Blizzards and freezing cold halted coal production. Factories closed. Unemployment spiked. Amid these conditions, the communist parties of France and Italy gained nearly a third of the seats in their respective parliaments. American officials worried that Europe’s impoverished masses were increasingly vulnerable to Soviet propaganda. The situation remained dire through the spring, when secretary of state General George Marshall gave an address at Harvard University on June 5, 1947, suggesting that “the United States should do whatever it is able to do to assist in the return of normal economic health to the world, without which there can be no political stability and no assured peace.”<sup>10</sup> Although Marshall had stipulated to potential critics that his proposal was “not directed against any country, but against hunger, poverty . . . and chaos [...]” (Beschloss, 2006, p. 199).

<sup>34</sup> “American power [...], filled vacuums and attempted to establish, where possible, the kind of democratic and free-market capitalist order that Americans preferred” (Kagan, 2008, p. 49).

das Nações Unidas. Truman viu a batalha que vinha, entre os Estados Unidos e a União Soviética, como a luta entre o bem e o mal [...]” (Hobsbawm, 1994, p. 229). O autor destaca assim a perspectiva de que rivalidade com a União Soviética não era apenas uma disputa geopolítica, mas uma batalha moral. Essa visão dualista das complexas dinâmicas da Guerra Fria posiciona os EUA como defensores da liberdade e da democracia contra o "mal" representado pelo comunismo soviético.

Juntamente, Kissinger (1994) coloca que a ideologia de Woodrow Wilson foi tão influente que qualquer acordo para manter o *status quo* territorial na Europa não podia ser chamado simplesmente de aliança, visto que não havia legitimidade fundamentada em princípios democráticos e valores universais. O governo Truman buscou evitar que a OTAN se assemelhasse a uma coalizão tradicional de equilíbrio de poder, já que isso conflitaria com os princípios de democracia e estabilidade do wilsonismo. Logo, a OTAN aspirava à universalidade moral, e o seu papel no Sistema Internacional, segundo o embaixador americano na época, “não é contra ninguém; é unicamente contra a agressão. Não visa modificar um ‘equilíbrio de poder’, antes quer fortalecer o ‘equilíbrio de princípios’<sup>35</sup>”. Tinha-se então a visão de que as cooperações, em vez de se basearem unicamente em alianças pragmáticas e equilibradas entre potências, deveriam se basear em princípios wilsonianos de promoção da democracia e estabilidade.

A contenção americana no período de guerra discorrida sobretudo do advento das armas nucleares, nas quais a existência de armamento nuclear pelos EUA e pela URSS e uma possível “destruição mútua inevitável” (Schelling, 1966) travavam a posição de liderança estadunidense. Ou seja, emergia uma “interdependência involuntária<sup>36</sup>” além das adversidades da dinâmica da Guerra Fria, como competições militares, crises diplomáticas e confrontos ideológicos. Todavia, durante esse período, os Estados Unidos emergiram como principal potência ocidental, adotando uma postura defensiva diante das ameaças soviéticas e intervindo em conflitos, formalizando uma agenda geopolítica alinhada com seus princípios e valores, a fim de garantir a segurança nacional e assegurar a própria liberdade.

“O mecanismo básico de contenção nuclear na Guerra Fria era aparentemente paradoxal: por conta da bipolaridade, o seu funcionamento dependia da inexistência de impedimentos físicos ao uso das armas nucleares. Em outros termos: a vulnerabilidade recíproca era a sua verdadeira base. A dissuasão mantinha-se exatamente porque o inimigo, se agredido com armas nucleares, seria capaz de responder

<sup>35</sup> Testemunho do embaixador Warren Austin, 28 de abril de 1949, no Senado dos Estados Unidos, Comitê das Relações Exteriores. *The north atlantic treaty*. Audiências, 81º Congresso, 1ª sessão. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1949 pt. 1, p. 97.

<sup>36</sup> Arbatov (1993) chama de ‘interdependência voluntária’ a situação em que os cidadãos de cada país viviam como reféns do governo do adversário. (ARBATOV, Alexei G. *Russia's Foreign Policy Alternatives*. *International Security*, v.18, n.2, 1993, p.5-43).

devastadoramente. Tudo dependia, portanto, de um mínimo equilíbrio em meios de destruição” (MEARSHEIMER, 2003, p. 128-127; apud SHEEHAN, 1996, p. 171-176).

Em 1961, John F. Kennedy declarou que o país tinha força para, “a qualquer preço, com quaisquer ônus”, garantir o triunfo da liberdade, fazendo com que os Estados Unidos parecessem destinados a moldar o mundo às suas preferências (Kissinger, 1994, p. 19). Legitimou-se, portanto, o uso de instrumentos que conseguissem constituir a primazia militar, tecnológica e financeira como estratégia de liberdade, que guiou a nação americana ao seu triunfo em termos de poder absoluto. À vista disso, os EUA, através de manobras diplomáticas, mobilizaram vastos recursos econômicos e tecnológicos para fins militares – em decorrência do *lobby* do complexo industrial-militar –, que sucedeu a condução de políticas e estratégias contínuas para manter sua posição dominante no cenário internacional.

Durante a Guerra Fria, o país ocidental encontrava-se imerso em uma luta ideológica, política e estratégica com a União Soviética, na qual um mundo de duas potências funcionava de acordo com princípios diferentes daqueles de um sistema de equilíbrio de poder. Kissinger (1994) discorre que, em um mundo de duas potências, não pode haver nenhuma pretensão de que o conflito conduza ao bem comum; qualquer ganho para uma das partes representa uma perda para a outra. Sendo assim, os Estados Unidos assumem uma Política Externa que operacionaliza sua economia, política, e poder cultural para influenciar o comportamento e posicionamento de outros Estados dentro de seus princípios morais, que definiram seus objetivos estratégicos, em nome da defesa da lei. Segundo Truman<sup>37</sup>, ao fim do confronto, “nós [Estados Unidos] derrotamos completamente os nossos inimigos e fizemos com que se rendessem[...] Depois, ajudamos a se recuperarem, a tornarem-se democráticos e a unirem-se novamente à comunidade das nações. Só os Estados Unidos poderiam ter feito isso”.

A partir da Política de Contenção, os Estados Unidos legitimaram suas mais extremas ações intervencionistas do período por meio de uma justificativa pautada em motivações nacionais e na disseminação dos seus valores liberais, que razoavam sua estratégia. Nessa perspectiva, Resende (2011) argumenta que tal Doutrina envolvia, portanto, uma combinação de realismo e idealismo, uma vez que permitia aos EUA preservar e ampliar seus interesses nacionais e, simultaneamente, viabilizava a promoção de seus princípios liberais e democráticos de forma a aplicar um exercício de sua hegemonia mundial. Logo, foi possibilitado ao país, tendo em vista a vigente conjuntura, a construção de uma Ordem Internacional liberal favorável à manutenção

---

<sup>37</sup> Diálogo do Presidente com Eric Hobsbawm (Hobsbawm, 1994, p. 383).

de seus próprios valores, dada a sua centralização no Sistema Internacional e sua consolidação como agente estabilizador da Ordem, à luz de seu *status* de superpotência.

### 2.3 O CENÁRIO INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA

Com a queda do Muro de Berlim em 1989, que simbolizou o colapso da União Soviética no conflito político-ideológico com os Estados Unidos e, por conseguinte, o fim da Guerra Fria em 1991, tem-se “com o fim da rivalidade e do confronto político e militar entre as grandes potências, surge um novo período, denominado de pós-guerra fria” (Ferraz e Hauser, 2002; apud Morella e Antunes, 2017, p. 206). Assim, institui-se uma alteração na configuração da Ordem Mundial, que trouxe uma nova complexidade para a agenda internacional ao abordar o livre-comércio e maiores comunicações entre os Estados, em decorrência do surgimento de um mundo multipolar e da necessidade em estruturar as políticas de defesa de acordo com a realidade pós-guerra. Nesse sentido, inaugura-se uma agenda de transições nas relações internacionais, no qual, após meia década de Doutrina da Contenção – política que forneceu os balizamentos da Ordem Mundial pós-45 –, uma nova perspectiva de segurança norte-americana surgiria. Na expressão de Krauthammer (1991), os Estados Unidos passaram a viver um *momento unipolar*, no qual a nação deveria utilizar esse período para expandir seu poder e seus valores, esses que os EUA assumiam como universais. Teria-se, então, o impedimento do aparecimento de antagonistas que pudessem comprometer a ordem e a estabilidade americana.

“Essa política global expansiva, e até agressiva era consistente com as tradições da política externa americana. O senso que os americanos têm de si mesmos, a essência de seu patriotismo, está inextricavelmente ligado a uma crença no significado global histórico de sua nação. Inspirados por essa percepção do mundo e de si mesmos, eles acumularam poder e influência e os implantaram em arcos cada vez mais amplos ao redor do globo em nome de interesses, ideais e ambições, tanto tangíveis como intangíveis. Por uma questão de estratégia global, eles preferiram uma ‘preponderância de poder’ a um equilíbrio de poder com outras nações” (Kagan, 2008, p. 50, tradução própria).<sup>38</sup>

Desde o surgimento dos polos de poder, nunca foi prioridade do governo americano cooperar com a finalidade de equilibrar o poder global; as políticas dos Estados Unidos sempre se voltaram para o interesse doméstico e segurança nacional, seja através do Isolacionismo ou do Intervencionismo. Contudo, cabia ao país buscar apoio de influência e negociações, ainda que

---

<sup>38</sup> “This expansive, even aggressive global policy was consistent with American foreign policy traditions. Americans' sense of themselves, the essence of their patriotism, has been inextricably tied to a belief in their nation's historic global significance. Inspired by this perception of the world and themselves, they have amassed power and influence and deployed them in ever widening arcs around the globe on behalf of interests, ideals, and ambitions, both tangible and intangible. As a matter of global strategy, they have preferred a "preponderance of power" to a balance of power with other nations” (Kagan, 2008, p. 50).

provisórias e ambíguas no contexto de coexistência pacífica (Hobsbawm, 1994). Por outro lado, as guerras em sequência beneficiaram os Estados Unidos economicamente; o país deteve uma preponderância global econômica sobre o século XX<sup>39</sup>, junto de sua moralidade e legalismo no pensamento da Política Externa e, ao final das guerras, os EUA detiveram o posto de única superpotência no Sistema Internacional, reunindo força militar e hegemonia estratégica global ao mesmo tempo (Resende, 2011).

Logo, o fim do confronto entre o bloco ocidental e oriental fez surgir novos temas, bem como a revisão do grau de importância atribuído a determinadas pautas nesse cenário, que forneceram ao sistema transformações nas estratégias de segurança e nas concepções de legitimidade das decisões dos Estados. De acordo com Martins (1993), a disputa entre as duas superpotências criou um sistema de círculos concêntricos, a saber: o confronto nuclear bipolar; os dois grandes blocos militares ancilares a ele (OTAN e Pacto de Varsóvia); e os conflitos em países periféricos. Esse modelo se estendia para a rivalidade entre as superpotências, que não se limitou a confrontos diretos, mas teve ramificações que se estenderam a diversos níveis do Sistema Internacional, influenciando conflitos e alianças em regiões periféricas. A Guerra Fria foi, ao mesmo tempo, “produto de uma época e também justificativa para a ação política”, julgando pelas “estratégias de segurança, programas internacionais de cooperação técnica e econômica e até mesmo disputas políticas dentro dos países” que, frequentemente, “eram consideradas a partir do entendimento da Guerra Fria como um referencial importante nos processos de tomada de decisão” (Sato, 2000, p. 140). Dessa maneira, houve uma redefinição dos parâmetros políticos norte-americanos, em razão do impasse estratégico advindo dos armamentos nucleares durante o confronto. Ainda, a liquidação do duopólio mundial de poder e a reformulação das alianças e blocos ancilares aos dois países também foram fatores que ajudaram a criar a percepção da nova Ordem Internacional, e a necessidade norte-americana em afastar-se da Política de Contenção.

O fim da Guerra Fria marcou uma mudança sistêmica, o que forçou os Estados Unidos a revisarem seus interesses estratégicos e a formularem um novo plano de adaptação da Política Externa a partir da década de 1990. Assim, naquele momento de unipolaridade, a estratégia de primazia, no qual o país intencionou a manutenção e ampliação da sua posição de liderança global, foi tomada por Bill Clinton, a fim de expressar o compromisso com a segurança e defesa americana. Dessa forma, as políticas dos EUA se tornaram mais engajadas e internacionalistas,

---

<sup>39</sup> Eric Hobsbawm (1994) coloca o “breve século XX” com o começo em 1914, na eclosão da Primeira Guerra Mundial, e o seu término em 1991, com o desmoronamento do socialismo real no leste europeu.

distanciando-se do Isolacionismo em prol da estabilidade da Ordem Mundial. Portanto, o plano de ação americano se estruturou em justificativas de legitimidade das atuações da nação, reiterando o desempenho estadunidense na estruturação da ordem político-econômica internacional pós-Guerra Fria. O colapso do bloco soviético permitiu aos EUA assumir uma posição de hegemonia por meio de sua vitalidade política, flexibilidade ideológica, dinamismo econômico e apelo cultural, com o propósito de ingressar uma “nova Ordem Mundial, mais estável e segura” (Bush, 1990), que desenhou a Política Externa americana na Guerra ao Terror<sup>40</sup> na década seguinte. No relatório de estratégia de segurança nacional de 1991, foram listadas demandas “para assegurar a dissuasão estratégica, exercer uma presença avançada em áreas-chave, responder eficazmente às crises e manter a capacidade nacional para reconstituir forças, caso venha a ser necessário<sup>41</sup>” (The White House, 1991, tradução própria). Logo, a nova era se basearia nos interesses e objetivos norte-americanos na adoção de medidas preventivas para impedir a ascensão de rivais e, assim, o país legitimaria os meios através do discurso de instauração da “paz democrática” (Nye, 1992), o que possibilitaria o início à construção da nova arquitetura para a nova Ordem Mundial. Nesse sentido, o país abandona a postura isolacionista, que havia sido devido à percepção americana de que o mundo representava uma fonte de risco e insegurança para os Estados Unidos, e passaram a adotar medidas que garantissem sua segurança dentro da comunidade internacional.

“Para exercer uma política externa agressiva, o governo do democrata de Truman teria de convencer o congresso para tal, o que não era uma missão das mais fáceis: depois das eleições parlamentares de 1946, o congresso ficou com a maioria pertencente ao Partido Republicano, partido este cuja orientação política tendia, tradicionalmente, a favor de uma política isolacionista. Assim, a “criação” do inimigo soviético foi essencial para poder convencer o congresso da necessidade de uma política externa agressiva e participativa, pois os riscos da expansão comunistas eram muito grandes - mesmo não existindo, de fato, tais riscos. A guerra, então, continuou, mas com um outro inimigo: o nazismo sai de cena e entra o comunismo.” (Biagi, 2001, p. 65)

O colapso da União Soviética decorreu, em grande parte, da *Perestroika*, uma reestruturação de cunho econômico e político implementada pelo líder Mikhail Gorbachev na década de 1980. A *Perestroika* visava reconstruir a economia soviética, que estava estagnada, introduzindo elementos de abertura do mercado e descentralização do controle estatal. O propósito era tornar a URSS mais competitiva em relação ao Ocidente e, ao mesmo tempo, recuperar as relações com os Estados Unidos e outros países do mundo ocidental. Juntamente, Gorbachev

<sup>40</sup> A Guerra ao Terror foi uma resposta americana aos ataques do onze de setembro de 2001, com o objetivo de prevenir futuros ataques terroristas e dismantelar as organizações terroristas.

<sup>41</sup> “To ensure strategic deterrence, to exercise forward presence in key areas, to respond effectively to crises and to retain the national capacity to reconstitute forces should this ever be needed” (The White House, 1991).

implementou a *Glasnost*, que previa uma maior liberdade de expressão e transparência nas questões políticas e sociais da nação, tornando o regime mais responsivo às necessidades da população. No entanto, essas reformas acabaram contribuindo para o enfraquecimento do regime comunista e para a dissolução da União Soviética em 1991.

Sob esse ponto de vista da escalada do reformismo no período pós-Guerra Fria, Francis Fukuyama (1992) discute a ascensão da democracia liberal como o único sistema político viável, considerando-a o ápice do desenvolvimento político e social, capaz de satisfazer as aspirações humanas. Além disso, após a ruína do comunismo, os Estados Unidos – país representante do capitalismo e liberalismo no Ocidente –, viram sua autoimagem reafirmada pela nova Ordem Mundial, e a convicção de que o papel do país era ser uma fonte de liberdade e progresso para toda a humanidade através da força e democracia americana, se consolidou:

“Para os americanos, a queda da União Soviética parecia uma chance celestial de realizar um sonho antigo de liderança global [...]. Os americanos sempre se consideraram a nação mais importante do mundo e seu líder destinado. "A causa da América é a causa de toda a humanidade", disse Benjamin Franklin na época da Revolução. [...] Depois da Guerra Fria, ainda era "a nação indispensável", indispensável porque só ela tinha o poder e a compreensão necessários para ajudar a unir a comunidade internacional em causa comum. Na nova ordem mundial, como disse o vice-secretário de Estado Strobe Talbott, os Estados Unidos definiriam "sua força – na verdade, sua própria grandeza – não em termos de sua capacidade de alcançar ou manter o domínio sobre os outros, mas em termos da sua capacidade de trabalhar com os outros no interesse da comunidade internacional como um todo<sup>42</sup>” (Kagan, 2008, p. 9, tradução própria).

A crença de que a disseminação da democracia liberal poderia contribuir para a estabilidade global levou a uma série de intervenções em diversas regiões. Esse novo contexto internacional trouxe uma dinâmica em que a promoção da democracia, embora ainda central, passou a enfrentar desafios tanto internos quanto externos, exigindo uma reavaliação contínua das estratégias e objetivos americanos na arena global.

---

<sup>42</sup> For Americans, the fall of the Soviet Union seemed a heaven-sent chance to fulfill a long-held dream of global leadership [...]. Americans had always considered themselves the world's most important nation and its destined leader. "The cause of America is the cause of all mankind," Benjamin Franklin said at the time of the Revolution. [...]. After the Cold War it was still "the indispensable nation," indispensable because it alone had the power and the understanding necessary to help bring the international community together in common cause. In the new world order, as Deputy Secretary of State Strobe Talbott put it, the United States would define "its strength—indeed, its very greatness—not in terms of its ability to achieve or maintain dominance over others, but in terms of its ability to work with others in the interests of the international community as a whole” (Kagan, 2008, p. 9).

### 3. MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL

#### 3.1 A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

Em 1991, com a dissolução da União Soviética, houve uma reconfiguração do cenário geopolítico global, que resultou no surgimento dos Estados Unidos como a única superpotência do mundo, com a ausência de um inimigo evidente. A partir desse desmembramento da URSS, surgiram 15 novos países que procuraram consolidar suas fronteiras e fortalecer sua posição em relação ao antigo poder central, uma vez que a dissolução do Pacto de Varsóvia aproximou o Leste Europeu do Ocidente e afastou-o da influência russa (Silva, 2010). Nesse sentido, profundas modificações marcaram o Sistema Internacional durante os anos 1990, que datou uma mudança nas relações internacionais, especialmente no tocante à cooperação entre as nações, que ganhou novos contornos com a ascensão das organizações multilaterais e blocos econômicos, impulsionados pela crescente globalização. Nesse momento, as comunicações tornaram-se instantâneas, visto que surgiram várias questões globais como a proliferação nuclear e a interdependência econômica, que exigiam soluções de alcance mundial.

No âmbito da Ordem Internacional pós-Guerra Fria, o fim do conflito questionou as premissas da teoria realista, o que provocou uma mudança na agenda internacional referente à segurança, pois mesmo que os Estados sejam “guiados pelo interesse mínimo de se resguardarem e pelo interesse máximo de aumentarem seu poder no sistema internacional” (Waltz, 1979; apud Tanno, 2003, p. 48), os atores se viram diante da necessidade de estudos que incorporassem tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, ambiental e social:

“O movimento de renovação teórica surgiu por meio do debate sobre a redefinição do conceito de segurança utilizado em relações internacionais. A análise aprofundada sobre o conceito de segurança demonstrava que sua utilização e significado encontravam-se imbuídos pelas premissas realistas, que associavam segurança exclusivamente ao Estado e aos aspectos militares e estratégicos” (Tanno, 2003, p. 50).

Nesse cenário, os Estados Unidos da América entenderam como essencial a articulação de sua Política Externa de forma mais ativa, o que seria inviável com um posicionamento isolacionista em um mundo cercado pela globalização. Assim, conforme apontado na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos de 2002, “os Estados Unidos aceitam de bom grado a responsabilidade de liderar essa grande missão” (National Security Strategy of the United States of America, 2002), consolidando a nação estadunidense como uma fonte de Ordem Internacional, frente às novas pressões transnacionais. Entretanto, os Estados Unidos acentuaram seus investimentos em setores militares e tecnológicos com o objetivo de controlar os demais poderes no Sistema Internacional, e adotaram uma estratégia global fundamentada nas forças militares estadunidenses, como forma de garantir sua segurança. Sob essa ótica, a grande influência

dos EUA foi reconhecida pelo seu envolvimento com organizações internacionais, através do reforço de sua participação na OTAN, da atuação no Conselho de Segurança da ONU e, simultaneamente, da postura intervencionista do país norte-americano na aplicação de sanções econômicas, bem como a implementação do livre-comércio, que articulou a globalização através da OMC (Organização Mundial do Comércio). A economia global, por sua vez, tornou-se cada vez mais dependente da economia dos Estados Unidos, com as principais instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, frequentemente operando para garantir um sistema econômico global no qual os EUA têm grande influência. Contudo, devido à complexidade do sistema, a Política Externa americana foi pautada pela ambiguidade e pela oscilação entre paradigmas diferentes – e, por vezes, antagônicos – como o neoisolacionismo, a segurança cooperativa, o engajamento seletivo e a primazia. Portanto, a Política Externa americana tinha uma natureza mista, na qual o país se engajava em determinadas instituições internacionais enquanto, ao mesmo tempo, adotava ações unilaterais, especialmente em questões de segurança e intervenções militares. Essa ambiguidade refletiu a combinação de objetivos globais e nacionais, de interesses estratégicos e diferentes prioridades de conduta.

Em termos de sua estratégia internacional, os Estados Unidos viam nas organizações uma oportunidade de promover a estabilidade global, prevenir conflitos futuros e difundir seus valores democráticos e de direitos humanos. Ademais, o país buscava exercer influência e liderança global, especialmente como uma das cinco nações permanentes no Conselho de Segurança. Do mesmo modo, procurava garantir que seus próprios interesses nacionais fossem protegidos, em particular no que diz respeito à manutenção da paz e à promoção do comércio internacional. A favorabilidade das principais instituições para a nação americana era evidente, como no caso da OTAN, criada para proteger os aliados ocidentais contra uma possível agressão da URSS durante a Guerra Fria. Com isso, os Estados Unidos instrumentalizaram essa organização como uma ferramenta de segurança coletiva, garantindo não só a proteção dos aliados, mas também assegurando a expansão do comunismo na Europa. Além disso, a OTAN serviu como um meio de consolidar a influência dos EUA no continente europeu e fortalecer os laços transatlânticos entre os aliados ocidentais. Portanto, o estabelecimento de uma Ordem Mundial que garantisse as democracias ocidentais e assegurasse a supremacia estadunidense desfrutaria de amplo suporte.

Revelando sua postura unilateralista, a Guerra do Golfo, que ocorreu em 1990 e 1991 e que foi desencadeada pela invasão iraquiana do Kuwait, explicita a intervenção liderada pela nação norte-americana e os resultados da coalizão internacional, sob autorização da ONU, que

culminou na expulsão das forças iraquianas do Kuwait. Esse conflito mostrou a Grande Estratégia dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria, que trouxe mudanças na estrutura do Sistema Internacional e impactou as relações de poder globais, com os EUA exercendo seu poder para alcançar seus interesses nacionais e articulando coalizões estratégicas na comunidade internacional.

Segundo Zelikow (2003, p. 22), “toda estratégia de segurança nacional inicia-se com uma imagem mental do mundo”, assim, a Política Externa americana registra um afastamento do Isolacionismo, e o colapso da URSS instiga os EUA a optarem por uma política mais internacional que se relacionasse com seus interesses nacionais. Roosevelt, por exemplo, partia da premissa de que “se os interesses [dos Estados Unidos] colidiam com os de outros países, tinham a obrigação de valer-se da sua força para triunfar” (Kissinger, 1994, p. 39), logo, a potência americana inicia uma diplomacia mais intervencionista, para que assumissem um novo papel e se tornassem atores relevantes na comunidade internacional. Dessa maneira, “a posição hegemônica dos Estados Unidos da América assentava essencialmente em três grandes pilares: na supremacia militar, na prosperidade econômica, e no dinamismo científico e tecnológico” (Veiga, 2017, p. 58). Portanto, tem-se o advento da nova Ordem Mundial, dado que os fenômenos de globalização e regionalização constituíram transformações estratégicas que reestruturaram o capitalismo em nível global.

Esse cenário representou o advento de uma nova Ordem Mundial, impulsionada pela primeira ação bélica de origem externa que tocou o território continental dos Estados Unidos – com exceção de Pearl Harbor<sup>43</sup>. Motivado pelos processos de globalização e regionalização, o país, sob a administração de George W. Bush, adota como prioridade a formulação de um grande projeto estratégico com reconsideração de sua segurança interna pois, nesse momento da história, tem-se a queda do mito da inviolabilidade do território continental norte-americano (Gaddis, 2005). Assim, nesse início de século, foi evidenciado pela primeira vez que a superpotência vencedora do conflito da Guerra Fria era tão vulnerável quanto qualquer outro Estado (Resende, 2011) e mostrou novamente ao país a urgência em reformular suas políticas.

---

<sup>43</sup> O ataque japonês a Pearl Harbor, que ocorreu no arquipélago Havaiano (fora da área continental, portanto) em 7 de dezembro de 1941, destruiu 19 navios, incluindo cinco encouraçados, 188 aviões e causou a morte de 2.400 americanos. Havia sido o maior ataque estrangeiro contra a nação americana (Vizzotto, 2004, p. 228).

### 3.2 NOVOS ATORES E O TERRORISMO TRANSNACIONAL

Muitas das mudanças no Sistema Internacional decorreram da dicotomia entre o Ocidente e o bloco soviético, refletida na ruptura do conceito “Nós e Eles” (Cooper, 2004), em que se tinha o sentimento de identidade compartilhada entre todo o Ocidente, em contraste com o bloco soviético, expondo a divisão ideológica entre o capitalismo e o comunismo, que gerava uma “união artificial” entre os países. Essa ideia sugere que a coesão entre os Estados ocidentais não era necessariamente baseada em interesses genuínos ou valores compartilhados, mas sim em uma necessidade de se opor ao comunismo. Logo, essa união era sustentada por uma lógica de segurança que focava na manutenção da ordem contra uma ameaça externa e, quando a União Soviética se desintegrou, essa justificativa deixou de existir, revelando a fragilidade das alianças formadas.

Segundo Silva (2010, p. 160), a “questão central seria perceber se o fim da confrontação ideológica soviético-americana marcara realmente o fim da rivalidade entre os grandes poderes e se um novo padrão de blocos interestatais ou de hegemonia emergiria para substituir o antigo modelo”. Além disso, observa-se que, durante a década de 1990, o Sistema Internacional passou por um período de transição caracterizado pelo surgimento de uma multipolaridade marcada por novos atores, tanto estatais quanto não estatais, que emergiram como novos polos de poder político e econômico. Nesse sentido, os EUA adotaram políticas preventivistas, tendo em vista o nosso cenário multipolar em que não seriam apenas potências rivais, mas também novos atores e blocos estatais que representavam uma ameaça – como o Iraque sob regime de Saddam Hussein, um dos exemplos mais proeminentes, e a Coreia do Norte com seu programa nuclear –, incluindo o Terrorismo doméstico e internacional.

Grande parte das medidas estadunidenses foram reativas à ascensão do Terrorismo moderno, que se trata de um fenômeno complexo e multifacetado, muitas vezes enraizado em questões políticas, sociais, econômicas e religiosas (Lieber, 2005). A partir da década de 1980, grupos islâmicos extremistas começaram a empregar o Terrorismo a fim de resistir aos regimes considerados corruptos e influências ocidentais no mundo islâmico. A partir da década de 1980, grupos islâmicos extremistas passaram a usar o Terrorismo como uma ferramenta para resistir aos regimes considerados corruptos e à crescente influência ocidental no mundo islâmico. Esse fenômeno culminou no ataque de 11 de setembro de 2001, quando a Al-Qaeda, liderada por Osama Bin Laden, justificou sua ação em uma carta, a *Letter to the American People*, responsabilizando os Estados Unidos pelos conflitos no Oriente Médio. Os atentados envolveram o sequestro de quatro aviões comerciais nos EUA por comando islâmico, dois dos quais foram

lançados contra as Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque, prédios esses que simbolizavam o centro financeiro do capitalismo e o poder econômico do país, e as maiores representações da democracia americana: a Casa Branca e o Capitólio, que só não foram atingidos devido à ação dos passageiros do avião sequestrado por terroristas. Os ataques deixaram um total de 2.977 mortos e quase 6.300 feridos (BBC, 2021), e tiveram um impacto profundo na política internacional e na segurança global, e a partir disso, na perspectiva da nação estadunidense, seu *status* hegemônico, ou seja, sua posição geográfica e poderio militar, já não era mais suficiente nesse novo cenário multipolar.

A abordagem teórica formulada pela Escola de Copenhague<sup>44</sup> sustenta que as ameaças à segurança se originam não apenas da esfera militar, portanto, já no pós-Guerra Fria tem-se novos atores e temas de aspecto não-militar emergindo na comunidade internacional, mas ainda assim, as potências militares e estratégicas são relevantes para o tópico. Essa corrente teórica defende, no entanto, que se denomine *Estudos Estratégicos* àqueles dedicados exclusivamente ao setor militar e *Estudos de Segurança Internacional* àqueles que utilizam abordagem abrangente. Tanno (2003) pontua sobre o Setor Militar de Segurança, tendo em vista que as elites militares conformam os principais atores de securitização, o que ocorreu no envio de tropas norte-americanas ao Afeganistão e Iraque como parte da estratégia do Presidente Bush de combate ao Terrorismo. Ainda, a Al-Qaeda tinha planos em atacar a Casa Branca nos EUA, atingindo a sede do governo americano e abalando a estabilidade organizacional do Estado, ou seja, uma ameaça política estrutural e intencional (Setor Político).

Ademais, sobre a sociedade e o Setor Societal, o ataque foi realizado pensando em atingir a nação norte-americana por um grupo denominado Al-Qaeda, e “os pesquisadores da Escola [de Copenhague] asseveram que a sociedade é mais do que as somas das partes, mas não pode ser reduzida ao indivíduo porque depende da existência de identidade coletiva” (Tanno, 2003, p. 52). Logo, a existência de uma identidade histórica e uma divergência cultural entre ambas, que a distanciam, foi um fator que categorizou o ataque e a resposta na Guerra ao Terror. Por fim, no Setor Econômico, a insegurança econômica bem como a existência de posições ideológicas inconciliáveis e, de acordo com a definição de Buzan (1991), que seriam ameaças essas dirigidas aos setores econômicos que garantem a sobrevivência física do Estado, logo, tem-se a provisão de materiais estratégicos e indústrias de base, como é visto no caso com os

---

<sup>44</sup> Na década de 1990, a Escola de Copenhague representava uma abordagem alternativa aos estudos vigentes. Buzan e Wæver (1997) discutem que a segurança deveria ser compreendida em um contexto mais amplo, envolvendo aspectos sociais, econômicos e políticos, além das questões militares, com o argumento de que a segurança não se tratava apenas de uma condição objetiva, mas sim de uma construção social.

Estados Unidos e os demais países do Oriente Médio e seus respectivos investimentos que afetam os orçamentos nacionais. Logo, no século XXI há uma mudança na relação entre povos, Estados, culturas, comércio e religiões, e os atentados de onze de setembro, alteraram as relações entre os Estados, especialmente entre os EUA e os demais Estados, uma vez que naquele momento a maior potência militar e econômica do planeta pós-Guerra Fria passou a se sentir ameaçada.

O atentado às Torres Gêmeas mudou a conjuntura geopolítica mundial, e a resposta americana configurou diversos ataques ao Oriente Médio, que resultaram nas invasões ao Afeganistão e ao Iraque, lançadas em 2001 e 2003, respectivamente, por serem acusados de apoiarem a organização terrorista. Assim, tem-se o envolvimento de um grupo não-estatal e de um Estado em um conflito direto. Apoiados por uma coalizão internacional, os Estados Unidos tinham como objetivo derrubar o Talibã no Afeganistão por protegerem líderes do grupo, como principal Bin Laden. Apenas em 2011, no Paquistão, as tropas americanas conseguiram por fim capturar o osquestrador do maior ataque terrorista em solo norte-americano. O então presidente Barack Obama, em seu pronunciamento histórico na Casa Branca, anunciou que Osama Bin Laden havia sido morto com um tiro na cabeça. Já no Iraque, a invasão sob comando americano tinha o propósito de depor o governo do ditador Saddam Hussein.

No que concerne ao surgimento do Terrorismo, as origens são decorrentes de uma combinação de queixas políticas, sociais e econômicas com raízes no extremismo religioso e crenças ideológicas que levam indivíduos ou grupos a recorrerem a radicalização. Pensando no contexto da Revolução Francesa e do conceito de Terrorismo, “a palavra [Terrorismo] nos faz lembrar dos radicais jacobinos e a institucionalização do ‘terror do Estado’ praticado durante a Revolução Francesa, por meio do Tribunal Revolucionário de Paris” (Visacro, 2009; apud Morella e Antunes, 2017, p. 204). Portanto, as características do conceito moderno advêm do significado francês de Terrorismo, ainda que a tecnologia e o emprego da logística tragam uma nova leitura. Na década de 1970, “surge uma nova forma de Terrorismo muito mais voltada a questão religiosa no Oriente Médio, onde pessoas são utilizadas como mártires para o grupo ou organização chegar aos seus objetivos” (Morella e Antunes, 2017, p. 23). Desse modo, tem-se uma mudança dentro das questões terroristas, onde há uma grande redução do Terrorismo de Estado e, ao mesmo tempo, um crescimento de atos terroristas relacionados as religiões.

O Terrorismo frequentemente surge dentro do contexto das dinâmicas de Segurança Regional, onde conflitos locais e lutas de poder se cruzam com influências globais, moldando o surgimento e a disseminação das atividades terroristas. Tais processos que redefiniram a

agenda internacional, culminando na formação de blocos regionais, integrações econômicas e ascensões das empresas transnacionais. No cenário pós-Guerra Fria, segundo Beck (1999), “globalização significa, diante deste quadro, os processos, em cujo andamento os Estados nacionais veem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada dos atores transnacionais”. A natureza interconectada da globalização influenciou a evolução do Terrorismo, permitindo que redes terroristas transnacionais como a Al-Qaeda operem além das fronteiras territoriais tradicionais. Assim, o atentado de onze de setembro marcou o surgimento do Terrorismo transnacional<sup>45</sup> e a mudança das relações entre os Estados, além de modificar as relações econômicas e jurídicas globais.

Tem-se, portanto, uma justificativa contra inimigos percebidos, contribuindo para o complexo cenário das motivações terroristas. Portanto, é perceptível que a nova Ordem Internacional pós-Guerra Fria alterou os debates sobre o conceito de segurança, e, devido à globalização e novos posicionamentos dos Estados, fez-se necessário o surgimento de discussões que abrangessem diversos setores para explicar conflitos que ficariam mais complexos perante ao Sistema Internacional, como é possível ver no caso da Guerra ao Terror que recorre a quatro dos setores de Segurança Internacional (militar, político, societal e econômico), o que demonstra tamanha multiplicidade do tema.

Todavia, o Terrorismo utiliza dos ataques como um meio para atingir um fim. Morella e Antunes (2017, p. 26) pontuam que, “o Terrorismo Transnacional está embasado no drama posterior, seja psicológico, financeiro, econômico, social e especialmente nas relações internacionais entre os Estados do que ao próprio atentado e o seu estrago físico propriamente dito”, ou seja, através da violência, o grupo ou Estado ameaça seu alvo de forma que o Terrorismo Transnacional ultrapassa os danos físicos imediatos causados pelos próprios ataques. Em vez disso, ele se baseia no impacto duradouro e multifacetado que esses eventos têm em vários aspectos da sociedade, da política e das relações internacionais, fazendo com que a repercussão se instale a longo prazo em políticas e medidas preventivas, tal como a adoção da *realpolitik*<sup>46</sup> e outros princípios de estratégias, uma vez que tem-se um risco à toda a segurança de uma nação.

Por conseguinte, destaca-se a visão de que

---

<sup>45</sup> O Terrorismo Transnacional refere-se as ações que não respeitam fronteiras e estão presentes em vários locais do globo (Morella, J. & Antunes, M., 2017).

<sup>46</sup> Realpolitik é “uma política exterior baseada em cálculos de poder e no interesse nacional” (Kissinger, 1994, p. 133).

“[Os] conflitos agora não ocorreriam entre nações, mas sim entre culturas diferentes; no presente caso, o ‘modernismo ocidental’ versus o ‘bárbaro islamismo’. O que se tem, em verdade, é um conflito de base cultural e religiosa, entre dois credos mono-teístas que possuem, no âmago de suas doutrinas, objetivos expansionistas, evangelizadores e messiânicos” (Vizzotto, 2004, p. 230).

Assim, após conflitos motivados por diversos contextos econômicos e ideológicos, tem-se no início do século XXI a fonte predominante de tensões de ordem cultural, no qual as nações-Estados continuam a ser os agentes mais relevantes no Sistema Internacional, mas os principais conflitos passam a ocorrer entre nações e grupos de diferentes civilizações. Portanto, a política global passa a ser dominada pelo choque das civilizações. Desse modo, Huntington (1996) argumenta que, após o fim da Guerra Fria, a natureza dos conflitos passaria a ser definida por identidades culturais e religiosas distintas. A teoria central de Huntington é que as civilizações, entendidas como agrupamentos culturais e religiosos amplos, são as principais fontes de conflito no mundo contemporâneo. Ele identifica várias civilizações principais, como a Ocidental, a Islâmica, a Confucionista, a Hindu e outras, cada uma com suas próprias crenças, valores e tradições. O autor ainda argumenta que, à medida que o mundo se torna mais interconectado globalmente, as diferenças entre essas civilizações se tornarão mais proeminentes.

### 3.3 A DOCTRINA DE PREVENÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA

De acordo com Kennedy (1987), as evoluções das grandes estratégias, influenciadas por mudanças históricas, levaram a transição de um foco nacional para um enfoque global em segurança, impactando as dinâmicas de poder internacionais. À vista disso, a estratégia global americana enfatiza a cooptação de rivais derrotados e a influência indireta sobre elites estrangeiras, aproveitando os princípios democráticos e a superioridade tecnológica. Em relação ao poder global militar dos Estados Unidos, o país possui um alcance militar global singular, posicionando suas forças estrategicamente em toda a Eurásia e controlando regiões-chave, como o Golfo Pérsico. O *status* dos EUA como a principal potência mundial os estabelece como um importante ator na comunidade internacional, especialmente no que se refere à promoção da estabilidade e da Ordem Global. Brzezinski (1997) argumenta que, ao serem reconhecidos como a única superpotência abrangente, destacando-se nos domínios militar, econômico, tecnológico e cultural, os Estados Unidos adquiriram uma influência política que lhes permite moldar decisões em nível global. Esse ponto se torna evidente ao discutir sobre a nova Política de Prevenção americana, que se estreita na Guerra ao Terror.

Nesse cenário, a prevenção contra possíveis ataques é um instrumento de segurança que reforça o poder do Estado, e até mesmo uma manobra para "evitar a aparência de declínio como

hegemônico após os ataques de 11 de setembro" (Lieberfeld, 2005, p. 4; apud Ateş, p. 9, 2022). Dessa forma, ao analisar a Guerra ao Terror, que surgiu em resposta aos ataques no 11 de Setembro de 2001, a abrangência dos temas de segurança é perceptível, pois foram consideradas questões além da militar no período e, nesse sentido, a Guerra ao Terror significou um esforço de mobilização em diferentes planos: ideológico, político-diplomático, econômico e por fim, militar. Essa abordagem à segurança ressalta a complexidade do cenário global em tal conjuntura e a necessidade de uma resposta integrada e coordenada. Nesse âmbito, os EUA implementaram a Doutrina de Prevenção que havia sido delineada no documento *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos*, de 2002. Assim, o país assumiu o unilateralismo e, como consequência, o desengajamento em relação às instituições multilaterais ao adotar o princípio de legítima defesa em resguardo da legitimidade de suas medidas políticas e militares. Ademais, teve-se a criação do *Transportation Security Administration*, como reforço da segurança nos aeroportos e fronteiras.

Dias após os atentados, o presidente George W. Bush anunciava o novo caminho a ser seguido pelos Estados Unidos: o país encontrava-se diante de uma guerra sem fim contra o terror, na qual os inimigos eram difusos, e os meios para combatê-los também o seriam. A proposta transmitia uma mensagem clara: quem não estivesse a favor estaria necessariamente contra os Estados Unidos na guerra contra o terror (Resende, 2011, p. 17)

Além das intensificações de guerras no Oriente Médio, a inteligência americana foi implementada como instrumento da política do país, no qual através do decreto *USA Patriot Act*, teve-se a permissão das agências de inteligência do governo americano na interceptação das comunicações entre pessoas supostamente ligadas ao movimento terrorista, sem que fosse necessário uma autorização judicial para a coleta de informações e dados pessoais em massa. Assim, os EUA lideraram esforços globais para combater o Terrorismo, incluindo a Al Qaeda, por meio de operações militares, inteligência e cooperação internacional, a fim de afirmar sua segurança doméstica. A região do World Trade Center guarda hoje um memorial em homenagem à todas as vítimas da tragédia, como uma memória ao povo americano da necessidade da vigilância contra o Terrorismo. Richard Fadden<sup>47</sup>, conselheiro de segurança do governo do Canadá, discursou: “antes do 11 de setembro, com certeza, já havia preocupações sobre Terrorismo. Mas o mundo mudou na sua essência”. Nesse aspecto, os ataques demonstraram a capacidade dos grupos terroristas de realizar um atentado em grande escala e de alta complexidade, o que mudou a percepção do que o Terrorismo poderia alcançar e a urgência de uma resposta direcionada.

---

<sup>47</sup> Fadden foi diretor do Serviço Canadense de Inteligência de Segurança (CSIS) de 2009 a 2013. Durante seu tempo no cargo, se destacou por suas preocupações sobre ameaças à segurança nacional.

Nesse sentido, o caráter de transnacionalidade traz consigo o conceito de que a ameaça não está apenas em outro Estado, mas também dentro de uma sociedade. Em relação a isso, os Estados Unidos reformulam sua Política Externa:

“Ao analisarmos o conteúdo do documento [NSS – 2002], identificamos *cinco* ideias essenciais que sustentam a fundamentação da nova ação estratégica norte-americana: a *redefinição da geografia da segurança nacional*; o estabelecimento de uma *relação entre poder e princípios*; a *reavaliação das necessidades de segurança interna e internacional*; a definição de um *conceito americano de multilateralismo*; e, finalmente, a *mudança de percepção temporal* quanto às ameaças, que, por seu turno, fundamentaria a ação preventiva” (Resende, 2011, p. 168).

Nesse sentido, os Estados Unidos se viram em um dilema: “restringir direitos individuais e liberdades civis, em favor da segurança nacional, ou manter tal gama de liberdades, arriscando-se a sofrer novos ataques” (Vizzotto, 2004, p. 228). Diante disto, há uma alteração da Grande Estratégia americana, em que o governo se estrutura em seu poder unipolar e opta pela implementação de medidas de combate ao Terrorismo e fortalecimento de Políticas de Segurança e Defesa, no qual em outubro de 2001 o presidente Bush assina o *USA Patriot Act*, que foi um decreto que concedia ao governo maiores poderes de prisão e detenção de estrangeiros suspeitos e, ainda, teve-se uma ordem executiva que permitia o monitoramento de comunicações pelos órgãos de segurança e de inteligência, através de interceptações sem quaisquer autorizações da Justiça, como Política de Prevenção do Terrorismo (Ikenberry, 2018). Outra medida norte-americana foi a invasão ao Afeganistão, mais precisamente direcionada ao Talibã, que estaria abrigando Osama Bin Laden, eventual mentor dos crimes, e sua organização terrorista, a Al-Qaeda.

Assim, o governo americano inaugurou o que ficou conhecido com a Guerra ao Terror, uma campanha política que tinha por objetivo o combate ao Terrorismo global ao envolver operações militares e diplomáticas proativas em nome da democracia. Teve-se também nos EUA a criação do Departamento de Segurança Interna (DHS), responsável pela centralização da segurança interna e formalizada pela pelo Homeland Security Act em 2002, e a Administração de Segurança no Transporte (TSA), que passou a supervisionar a segurança nos aeroportos, medidas que foi estabelecida pela Aviation and Transportation Security Act de 2001 (U.S. Government, 2002), a fim de coordenar a resposta a ameaças terroristas, além de proteger as infraestruturas do país. Considerada uma questão fundamental de segurança nacional para os Estados Unidos, o país instrumentalizou tal Política Externa a fim de proteger seus interesses e manter a estabilidade em regiões que lhe garantissem recursos estratégicos.

Outrossim, com a nova percepção de ameaça externa, os Estados Unidos utilizam desse momento para legitimizar suas invasões militares por meio do discurso de exportação da

democracia, que se tornou pilar ideológico das doutrinas de Política Externa da hegemonia, agora sem as ambiguidades da Guerra Fria, mas com conflitos entre as civilizações Islâmica e Ocidental. Os ataques de 11 de setembro de 2001 mostraram a vulnerabilidade da segurança americana e evidenciou as mudanças no Sistema Internacional, com a escalada do Terrorismo no cidente. Desse modo, a prioridade dos EUA abrange a proteção e maximização de sua segurança, bem como a integridade de seu povo e território, além da reafirmação de sua hegemonia, e assim, o país utiliza de todo o seu poder para garantir sua segurança no sistema. Por isso, o governo americano alega uma eficácia na promoção da democracia e liberdade através das suas intervenções, mesmo que isso signifique o uso de sua força e atuação unilateral, demonstrando um determinado papel agressivo dos Estados Unidos no mundo para garantir estabilidade e propagar a paz democrática.

“A crença na universalidade dos princípios da democracia liberal ocidental foi reforçada pela vitória americana na guerra fria. De fato, tanto tomadores de decisão como cientistas sociais interpretam a vitória americana na guerra fria como a vitória da democracia liberal ocidental sobre o comunismo. Isto é, o sistema de valores, princípios e idéias da democracia teria se provado melhor e superior ao sistema de valores, princípios e idéias comunistas e é por isso que todos os povos do mundo, concluem eles, desejam tornar-se democráticos” (Santos, 2010, p. 161).

Logo, após os ataques de 11 de setembro, os EUA buscaram ativamente promover a democracia e os valores ocidentais em várias partes do mundo, especialmente no Oriente Médio e no Sul da Ásia. Esses esforços foram vistos como uma resposta à ameaça percebida do Terrorismo islâmico e como uma tentativa de difundir um modelo político com princípios liberais tradicionais que se alinha com as crenças e valores ocidentais. O uso da força por meio da expansão militar foi, em parte, justificado pela necessidade de combater o Terrorismo global como missão americana, mas também refletiu uma estratégia mais ampla de afirmar a influência e os interesses dos EUA em um contexto geopolítico incerto. Huntington (1996) argumenta que o conceito de fundamentalismo islâmico foi, em grande parte, construído pelo Ocidente como uma forma de deslegitimar e inferiorizar a cultura islâmica, perpetuando estereótipos negativos. Ele sugere que as crenças e tradições que emergiram como resposta à colonização foram instrumentalizadas pelo Ocidente para propagar esses estereótipos, com o objetivo de justificar a imposição de uma civilização ocidental universalizada. Entretanto, a promoção da democracia e da liberdade pelos Estados Unidos, muitas vezes acompanhada de intervenções e políticas de ações militares preventivas, contribuiu para a polarização global e para a intensificação dos conflitos entre civilizações, por meio da delimitação da percepção do Islã pelas narrativas ocidentais.

Buscando a ampliação do seu poder internacional – através da preservação de suas bases tecnológicas e econômicas – e a consolidação da sua hegemonia, os EUA aplicam o domínio naval, no qual a *U.S. Navy* possui tarefas de controle de mar, segurança e transporte marítimo, e projeção de seu poder. O investimento nesse setor operacional de defesa tem como propósito a presença americana em todos os oceanos, tendo em vista que o país conta com 7 Frota Navais e 21 instalações-chaves de bases ao redor do mundo – as unidades da marinha estadunidense –, cada uma localizada em um continente, garantindo assim a navegação e deslocamento das Forças Armadas em pontos estratégicos do globo (Till, 2013). Ao implementar essa estratégia de primazia, os Estados Unidos garantem um acesso rápido a qualquer parte do planeta a uma eventual intervenção necessária através da mobilização das tropas. O fracasso na Guerra do Vietnã contribuiu para o fortalecimento dessa estratégia de contenção de ameaças e na missão da projeção global do poderio militar norte-americano. Dessa maneira, o alto investimento tecnológico em sua “rede militar global proporciona aos EUA a possibilidade de controle permanente sobre as chamadas ‘áreas comuns’, ou seja, aquelas que não pertencem a nenhum país, mas dão acesso a todo o planeta” e assim, “este controle onipresente e fundamentalmente não disputado favorece a progressiva institucionalização da presença militar global dos Estados Unidos” (Battaglino, 2009, p. 33).

Essa estratégia de controle não é apenas uma questão de capacidade militar; ela se insere em uma lógica mais ampla de manutenção da Ordem Global. Nesse aspecto, os Estados Unidos utilizam sua presença militar como uma ferramenta de dissuasão, pela sua capacidade de resposta das estratégias de defesa e segurança e influência global. A interconexão entre a diplomacia e força militar americanas moldam a Ordem Mundial, visto que a criação de bases militares em regiões estratégicas e as atividades conjuntas com aliados não apenas aumentam a prontidão militar, mas também servem como um símbolo de compromisso dos EUA com a segurança coletiva.

Outrossim, como um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, os EUA desempenham um papel fundamental na definição da resposta internacional a várias questões de segurança, incluindo intervenções militares e sanções, além de ter forte influência sobre organizações de segurança regionais, como a OTAN na Europa e acordos de segurança no Pacífico. Logo, o apoio dos EUA à criação e à manutenção de instituições de Segurança Internacional, como a OMC e a própria ONU, é uma maneira de moldar a Ordem Global de acordo com suas preferências. Ao mesmo tempo, os EUA incentivaram a expansão de alianças militares, como a OTAN, para incluir ex-membros do bloco soviético, consolidando a segurança de

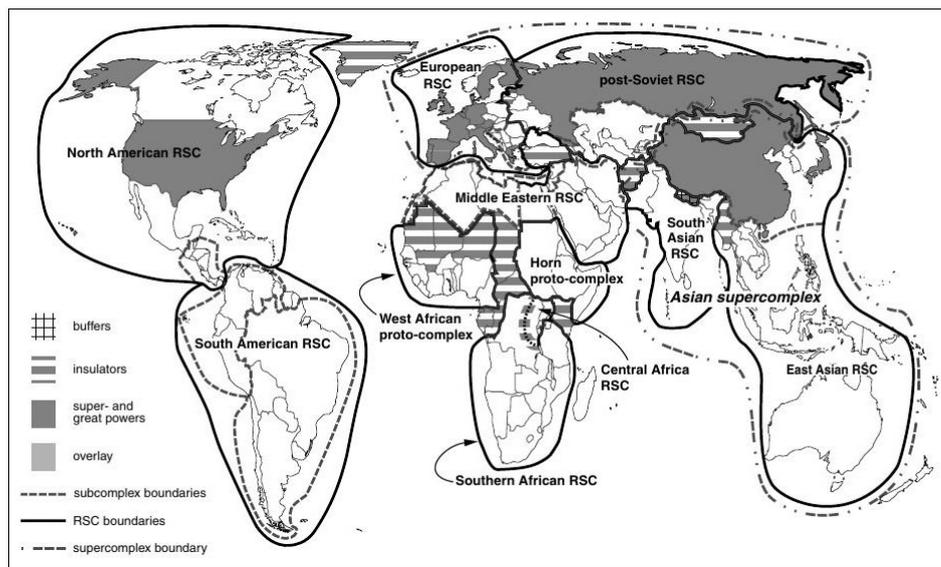
sua esfera de influência. Desse modo, os Estados Unidos buscam exportar sua visão de segurança para outras regiões, implementando políticas e estratégias que visam não apenas proteger seus próprios interesses, mas também garantir que outras regiões sigam normas de segurança que favorecem a Ordem Internacional sob a sua liderança, ou seja, tem-se um propósito de moldar a Ordem Global de acordo com as preferências americanas e de consolidar a segurança da esfera de influência do país.

## 4. REDEFINIÇÃO DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

### 4.1 PARADIGMAS DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

As dinâmicas de Segurança Regionais referem-se às interações, alianças e conflitos que influenciam a segurança em regiões geográficas específicas, conforme delineado na Teoria do Complexo de Segurança Regional de Buzan e Wæver (2003). Os autores identificam as principais variáveis que moldam a Segurança Regional, como legados históricos, distribuições de poder e percepções de ameaça, partindo de uma construção social e contribuindo para as dinâmicas únicas de cada região. A ideia central da teoria descreve um conjunto de estados ou atores cujas preocupações com segurança estão interligadas de tal forma que a segurança de um está diretamente vinculada à segurança dos outros. Isso significa que, quando um país ou ator dentro do complexo percebe uma ameaça à sua segurança, isso afeta a segurança de todos os outros membros desse complexo. Assim, os atores em uma região ou sistema internacional percebem suas ameaças de forma interdependente. Além disso, regiões com uma potência hegemônica, como os Estados Unidos na América do Norte, tendem a experimentar diferentes dinâmicas de segurança em comparação com regiões onde o poder é mais difuso ou onde existem rivalidades acirradas, como no Oriente Médio. As percepções de ameaça, que variam conforme a conjuntura política e econômica, também influenciam diretamente como os Estados se organizam e cooperam.

**Figura 1:** Mapa da Estrutura dos Complexos Regionais de Segurança pós-Guerra Fria



**Fonte:** Buzan e Wæver (2003)

Ao ilustrar a distribuição de complexos de segurança no sistema internacional após a Guerra Fria, o mapa desenvolvido pelos teóricos destaca como as dinâmicas de segurança entre países

e regiões estão interligadas e como as posições hegemônicas, especialmente dos Estados Unidos, influenciam essas dinâmicas. No entanto, após a Guerra Fria, houve uma mudança de paradigma na segurança, que se tornou um campo multidimensional, incorporando fatores não-tradicionais no cenário, como interdependência econômica, estabilidade política e diversidade cultural através dos setores militar, político, societal e econômico. Isso ocorre em decorrência de uma mudança na dinâmica da Segurança Internacional causada pela Guerra Fria, destacando os padrões regionais na política global e reforçando a teoria operacional da Segurança Regional. Portanto, a estrutura dos Complexos Regionais de Segurança pós-Guerra Fria demonstra como a posição hegemônica dos EUA, combinada com seu poder militar, influência econômica e capacidade de moldar normas internacionais, teve um impacto na dinâmica de Segurança Internacional. A Política Externa americana, especialmente através de alianças estratégicas, intervenções militares e da promoção de instituições internacionais, ajudou a definir os complexos de segurança regionais, moldando a Ordem Internacional em uma era pós-Guerra Fria onde os EUA se estabeleceram como o ator dominante.

Além disso, a hierarquia dos Estados passou por evoluções, com processos de reforma e resistência moldando a estrutura da Ordem Internacional, diferenciando os níveis de Segurança Regional e Global. Tem-se nessa conjuntura, a imagem dos EUA como uma potência hegemônica, que dispõe alianças estratégicas e uma importante posição de poder, apta a usar sua força militar para moldar a Ordem Internacional a seu favor através da instrumentalização das instituições internacionais para legitimar suas ações. Ikenberry (2011) discute como os EUA utilizaram sua posição dominante para "exportar" essa Ordem Mundial, o que inclui a proteção e a segurança de aliados por meio de alianças militares e intervenções em diferentes regiões. Logo, é possível analisar o papel dos EUA no pós-Guerra Fria não apenas como uma superpotência militar, mas também como uma potência com grande capacidade de influenciar e moldar os complexos de segurança regionais ao redor do mundo. Sob essa ótica, as políticas de defesa e segurança dos Estados Unidos são projetadas para proteger interesses globais e defender a Ordem Internacional sob sua liderança, refletindo uma hegemonia que se estende para além de suas fronteiras.

Ainda sob essa perspectiva, os ataques de 11 de setembro marcaram uma mudança paradigmática na percepção de ameaças à segurança. Anteriormente, a segurança era frequentemente considerada em termos de conflitos interestatais e armamentos. Com o Terrorismo se tornando uma preocupação central, surgiram novas questões sobre a proteção contra atores não estatais, o que levou a uma reavaliação da noção de segurança nacional dos Estados Unidos especialmente. A teoria de Buzan e Wæver (2003) destaca que a segurança de um Estado está

intimamente ligada à segurança de seus vizinhos, assim, após o atentado, essa interdependência se tornou ainda mais explícita. Os ataques demonstraram que a instabilidade em uma região pode ter repercussões globais, e evidenciou que a situação no Oriente Médio e a ascensão de grupos extremistas não afeta apenas a segurança regional, mas também têm implicações diretas para a segurança ocidental.

Portanto, crises e ameaças podem alterar a percepção de segurança e as decisões de Política Externa. As intervenções militares americanas, como em Afeganistão e Iraque, redefiniram o conceito de segurança, considerando que a resposta dos EUA e de outros países ao Terrorismo levou a uma reformulação das políticas de segurança. Sob esse aspecto, Walt (2018) pontua que a intervenção militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, com enfoque após os ataques de 11 de setembro, resultou em uma erosão da legitimidade americana. As guerras no Afeganistão e no Iraque foram amplamente vistas como agressões, não como intervenções justas, levando a um crescente ressentimento contra os EUA. Ainda, a presença militar americana contínua na região alimentou narrativas extremistas e facilitou o recrutamento para grupos jihadistas. Lynch (2012) acrescenta que a Guerra ao Terror não só falhou em trazer estabilidade à região, mas também contribuiu para a insatisfação popular que culminou nas revoltas árabes de 2011<sup>48</sup> e permitiu que grupos terroristas prosperassem, uma vez que a desestabilização do Iraque e a guerra civil na Síria, por exemplo, criaram um vácuo de poder que esses grupos exploraram, levando a um aumento do extremismo e da violência sectária.

Contudo, O ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001 representou um ponto de inflexão na Política Externa dos Estados Unidos, forçando o país a reavaliar sua posição no mundo e a natureza das ameaças que enfrentava. A resposta americana a esse ataque não foi apenas reativa; ela foi moldada por uma nova compreensão das dinâmicas globais e pela necessidade de desenvolver uma estratégia coerente que garantisse a segurança nacional em um contexto de crescente interdependência e complexidade.

---

<sup>48</sup> Lynch (2012) enfatiza que o descontentamento nas sociedades árabes era alimentado por altos níveis de desemprego, corrupção, repressão política e a falta de liberdade. A juventude, em particular, estava insatisfeita com a falta de oportunidades e a exclusão política, o que resultou nas revoltas árabes.

## 4.2 A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NO SISTEMA INTERNACIONAL

De acordo com Mongenthau (1993, p. 3), “segurança é um derivado do poder, visto que partimos do princípio que os estadistas pensam e agem levando em consideração interesses definidos como poder”. Logo, a premissa de um Sistema Internacional anárquico produz um contexto competitivo e cria dilemas de segurança, pois é a natureza do Sistema Internacional que explica por que os estados agem da forma que agem, já que buscam a segurança num ambiente internacional anárquico (Pontes, 2015). Desse modo, o poder individual do país e a busca por seus próprios interesses nacionais se tornam uma característica que define todo o Sistema Internacional e, nesse contexto, “os Estados dependem do poder militar para garantir tais interesses, neutralizando as ameaças que surgem das forças armadas de outros Estados” (Iglesias, 2011, p. 3). Assim, a soberania nacional e o equilíbrio de poderes, que são distribuídos entre os diversos Estados, estão associados ao que se entende por segurança.

Dessa maneira, ao afirmarem sua soberania e poder, os Estados Unidos não apenas garantiram sua segurança interna, mas também possibilitaram uma projeção do seu poder globalmente, influenciando a Ordem Internacional. Sob a vertente da Teoria de Estabilidade Hegemônica, a argumentação de Gilpin (1987) de que a Ordem Mundial é sustentada por um Estado hegemônico que estabelece normas, regras e instituições em benefício de seus próprios interesses, oferece uma perspectiva de que a hegemonia dos EUA se manifesta na capacidade de estabelecer normas e instituições que moldam a Ordem Internacional. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA desempenharam um papel central na criação de instituições globais, como as Nações Unidas, o FMI e o Banco Mundial, tendo em vista que tais instituições foram projetadas para promover a estabilidade econômica e a cooperação internacional, refletindo interesses americanos e garantindo um sistema que favorece a liderança dos Estados Unidos.

A política de primazia dos Estados Unidos busca manter a hegemonia americana e promove a ideia de dissuasão como uma estratégia central (Kagan, 2008). O fortalecimento das capacidades militares e a criação de bases em regiões estratégicas não só reforçam a segurança americana, mas também estabelecem uma ordem de segurança que outros países são incentivados a seguir. Essa projeção de poder tem influência nas dinâmicas de segurança regional, afetando como outros Estados percebem e respondem a ameaças. Outrossim, o fortalecimento do Terrorismo como uma preocupação de segurança global levou a uma crescente militarização de políticas de segurança em várias regiões. Além disso, a resposta dos EUA e a disseminação de suas estratégias de segurança impactaram a forma como outros países abordam questões de segurança, frequentemente levando a um aumento da vigilância, controle social e limitações às liberdades civis em nome da segurança, impactando a Ordem Global.

“Como superpotência, os Estados Unidos contam com ambos poderes em abundância: um poderio militar incontestável (*hard power*), e assim detentor uma capacidade inigualável de coação; e também, com uma variedade de instrumentos de persuasão, sem uso da força (*soft power*) [...]. Todas essas ações funcionam como canais para a disseminação, no exterior, do objetivo americano declarado em promover a expansão da democracia representativa liberal. Esta última é considerada uma das pedras fundamentais para a manutenção da estabilidade e da segurança internacional” (Froelich, p. 3, 2005).

Brzezinski (1997), analisa a posição dos EUA como a única superpotência e discute a importância da geopolítica na manutenção da hegemonia americana. Ele apresenta a ideia de que a América deve manter uma presença estratégica em regiões chave para garantir sua primazia global. Logo, ele utiliza a metáfora do "grande tabuleiro de xadrez" para descrever o cenário internacional, enfatizando que a Eurásia é o centro de poder geopolítico, desse modo, o controle sobre essa região é relevante para a hegemonia global, pois abriga vastos recursos, importantes rotas comerciais e potências emergentes. Nessa lógica, os imperativos estratégicos para os Estados Unidos, denominados por Brzezinski como "política externa sábia", são a) prevenção do surgimento de um rival hegemônico: os EUA devem impedir que uma única outra potência domine a Eurásia, o que poderia ameaçar a segurança e liderança global americana; b) promoção de uma Ordem Internacional liberal: Brzezinski acredita que os Estados Unidos devem promover instituições democráticas e um sistema econômico aberto em toda a Eurásia; e por fim, c) manutenção de alianças estratégicas: o fortalecimento de parcerias com aliados na Europa e na Ásia é fundamental para contrabalançar a influência de potências rivais. Dessa maneira, o país norte-americano estaria, segundo o autor, preservando sua primazia e também contribuindo para a estabilidade e a segurança internacionais.

Krasner (1982) complementa essa percepção ao introduzir o conceito de soberania relacional, que reconhece que a capacidade de um Estado em exercer controle sobre seu território e população é influenciada por fatores externos e interações com outros Estados. Assim, o autor enfatiza que, em um mundo interconectado, os Estados não operam em um vácuo. A interdependência econômica, as alianças políticas e as interações culturais fazem com que os Estados estejam constantemente ajustando suas políticas para manter sua relevância e segurança. Juntamente, os EUA, ao expandirem sua influência e presença militar pelo mundo, arriscam respostas em forma de reações adversas de outras potências ao se sentirem ameaçadas, o que reflete que a solidificação de uma posição hegemônica pode intensificar rivalidades. Portanto, as ações de um Estado para aumentar sua segurança podem ser percebidas como ameaças por outros.

Sob essa perspectiva, a ideia de uma missão messiânica atribuída aos Estados Unidos impulsiona a promoção de seus valores liberais no Sistema Internacional, o que fundamenta suas

estratégias de Política Externa e também legitima suas políticas de segurança e defesa. As ações estadunidenses refletem não apenas respostas a ameaças externas, mas também uma identidade construída que busca promover um tipo específico de Ordem Global. Nesse contexto, a manutenção da Ordem Mundial é percebida como uma necessidade para os Estados Unidos, para que o país seja possibilitado de preservar sua posição hegemônica. Keohane (1984) enfatiza que a Política Externa dos EUA não apenas configura a Ordem Internacional, mas também gera respostas e adaptações por parte de outros atores, levando a um processo dinâmico de construção e reconstrução da Ordem Global. Portanto, os Estados Unidos mantêm um interesse estratégico em proteger essa ordem para garantir sua própria segurança e relevância no cenário internacional, dado que embora sejam um ator central na política internacional, o Estado norte-americano não é onipotente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi analisado a evolução da geopolítica mundial no pós-guerra, centrando-se na posição hegemônica dos Estados Unidos e suas estratégias de segurança. A transição da Política Externa dos Estados Unidos da Contenção para a Prevenção e seu impacto no Sistema Internacional e na agenda de segurança foram aspectos centrais da análise. No entanto, essa reflexão revelou não apenas uma evolução estratégica, mas também falhas e contradições que permearam a atuação norte-americana ao longo das últimas décadas. Dessa forma, a Política Externa americana utilizou de ferramentas estratégicas para preservar a Ordem Internacional que os EUA consideravam fundamental para a estabilidade mundial. Embora tenha sido enfatizado a importância da hegemonia americana para o equilíbrio global, a Grande Estratégia criou um ambiente de polarização e hostilidade, que contribuiu para a perpetuação de conflitos regionais e uma cultura de militarização nas relações internacionais, difundindo assim um estado de dependência e dominação, desafiando a verdadeira estabilidade.

Com o fim da Guerra Fria e a emergência de uma nova Ordem Internacional, observou-se uma arrogância hegemônica que caracterizou a atuação dos Estados Unidos, como evidenciado pela unilateralidade em intervenções e pela promoção de uma agenda de democratização que frequentemente ignorava contextos locais e culturais. A busca por um mundo unipolar, em detrimento de um equilíbrio multipolar, não apenas desconsiderou as vozes de outras nações, mas também exacerbou ressentimentos que foram aproveitados por regimes autocráticos e grupos terroristas. Simultaneamente, discutiu-se como os Estados Unidos assumiram um papel de liderança ainda mais assertivo, dado o surgimento de novos desafios no cenário internacional. A Política Externa dos EUA no pós-Guerra Fria foi marcada por um esforço contínuo para garantir que sua visão da Ordem Internacional (liberal e baseada em normas democráticas) fosse adotada e mantida em várias regiões, através de alianças, intervenções militares e reformas institucionais globais. Essa nova configuração não apenas redefiniu alianças, mas também alterou as dinâmicas de poder.

Juntamente, a Escola de Copenhague reconhece que as ameaças à segurança vão além da análise tradicional centrada exclusivamente nas ameaças militares e, a emergência de novos atores, como grupos terroristas transnacionais, desafiou essa narrativa tradicional de segurança, exigindo uma adaptação da Política Externa americana. A ausência de um inimigo ideológico claro trouxe uma nova perspectiva sobre segurança, que passou a incluir não só a proteção de interesses globais, mas também a promoção da democracia como pilares da estratégia americana. O ataque de 11 de setembro de 2001 representou uma ruptura tanto na política interna

americana, como na sua Política Externa, levando à Guerra ao Terror. Esta abordagem, focada na identificação e neutralização de ameaças antes que elas se concretizassem, indicou uma mudança de paradigma na forma como os EUA interagem com o mundo. Assim, a resposta americana ao 11 de setembro, que incluiu a Doutrina de Prevenção, foi repleta de contradições. A estratégia do país levou a uma série de intervenções questionáveis que resultaram em instabilidade em regiões inteiras, como o Oriente Médio. Tendo em vista que essa abordagem militarista não garante a manutenção da segurança apenas por meio da força, se faz necessário adotar uma visão mais abrangente das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que alimentam o extremismo.

Por fim, foi abordado a redefinição da Segurança Internacional, utilizando a Teoria do Complexo de Segurança Regional de Buzan e Wæver (2003). Esta abordagem permitiu compreender o impacto da política da Guerra ao Terror no sistema de Segurança Internacional, ressaltando como a militarização e a vigilância se tornaram elementos centrais na agenda de segurança global. A militarização da Política Externa americana trouxe à tona questões sobre a soberania e a legitimidade das intervenções, levando a um debate sobre as consequências da Guerra ao Terror. A Doutrina de Prevenção não apenas legitimou ações unilaterais, mas também modificou as normas internacionais de intervenção, ampliando o conceito de segurança para abranger a proteção de civis e a prevenção de genocídios. No entanto, essa expansão muitas vezes ocorreu à custa da soberania dos Estados. Não obstante, o impacto das políticas da Guerra ao Terror evidencia a falência da abordagem unidimensional adotada pelos Estados Unidos, dada a militarização como resposta principal no período em detrimento de estratégias diplomáticas capazes de abordar as causas profundas do Terrorismo. Essa transição implicou uma reconfiguração das normas de segurança, que, embora mais flexíveis, também se tornaram mais suscetíveis a interpretações amplas, capazes de justificar ações controversas.

Assim, a Política de Contenção havia se fundamentado na lógica do equilíbrio de poder, enquanto a Política de Prevenção introduziu um novo modelo de engajamento que priorizava a proatividade frente às ameaças emergentes. Isso não apenas alterou a maneira como os EUA se viam no cenário internacional, mas também redefiniu o conceito de segurança, ampliando-o para incluir Estados e uma multiplicidade de atores e ameaças. Portanto, a mudança de uma lógica de contenção, que enfatizava a estabilidade e o equilíbrio de poder, para uma lógica de prevenção, que priorizava a ação proativa, levou a uma redefinição das alianças e a um aumento das tensões internacionais, especialmente em regiões onde os interesses americanos entravam em conflito com as aspirações locais.

Em última análise, a busca por uma hegemonia unipolar levou à deslegitimação de instituições multilaterais e ao surgimento de uma cultura de desconfiança entre Estados. Além disso, a adoção da Política de Prevenção refletiu uma falência em reconhecer a interdependência das nações e a complexidade dos desafios contemporâneos. As intervenções militares do período da Guerra ao Terror resultaram em instabilidade de longo prazo, evidenciando que a busca por segurança pela hegemonia americana, através das políticas da Grande Estratégia, acabou por resultar em novas inseguranças no Sistema Internacional.

Desse modo, os Estados Unidos, como superpotência global, têm poder de influenciar a criação, a manutenção e a direção de organizações internacionais, moldando essas instituições de acordo com seus interesses políticos, econômicos e de segurança. Esse papel central se traduz tanto em sua liderança institucional quanto na capacidade de definir a agenda dessas organizações, influenciar suas decisões e garantir a conformidade dos outros estados com suas preferências. Chomsky (1979) define essa estratégia americana como forma de dominação indireta, onde os EUA impõem sua hegemonia política, econômica e militar por meio de alianças estratégicas, controle de recursos naturais e uso de instituições internacionais. A busca por controle e dominação é uma constante na atuação do país, seja por meio de intervenções diretas (militares ou econômicas), seja por meio da manipulação de instituições globais como o FMI, o Banco Mundial e a ONU. Tal fenômeno é uma parte central da Política Externa, onde os EUA buscam consolidar e expandir sua hegemonia global, de forma que a Política Externa americana não condiz de fato com uma política de promoção de liberdade e democracia, mas de controle e dominação.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMUSQUIVAR, E. L. O papel da política de segurança dos Estados Unidos no Sistema Internacional no pós-Guerra Fria.** Campinas, 2010. Tese de Doutorado. [sn]. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/papel-politica-seguranca-estados-unidos-sistema-internacional-pos-guerra-fria>. Acesso em: 13 de mar. de 2024.
- ATEŞ, A. Understanding Us Foreign Policy: A Theoretical Analysis.** *Novus Orbis: Siyaset Bilimi ve Uluslararası İlişkiler Dergisi*, 4 (1), 4-27. 2022. Disponível em: [www.dergipark.org.tr/novusorbis](http://www.dergipark.org.tr/novusorbis). Acesso em: 15 de out. de 2024.
- AYLLÓN, B. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas.** *Revista de Economia e Relações Internacionais*, v. 5 n. 8, p. 5-23, 2006. Disponível em: [https://www.fAAP.br/revista\\_faap/rel\\_internacionais/pdf/revista\\_economia\\_08.pdf#page=5](https://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf#page=5). Acesso em: 26 de abr. 2024.
- BACEVICH, A. American Empire: The Realities and Consequences of U.S. Diplomacy.** Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- BANDEIRA, L. A. M. Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul.** 2ª edição – Brasília: FUNAG, 2010.
- BELLAMY, A. J. Responsibility to protect: a defense.** Oxford: Oxford University Press, 2015.
- BIAGI, O. L. O Imaginário da Guerra Fria.** *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119>. Acesso em: 18 de mar. 2024.
- BORN, L. Woodrow Wilson: uma biografia.** São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- BRZEZINSKI, Z. The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives.** New York: Basic Books, 1997.
- BUZAN, B.; WÆVER, O. Security: A New Framework for Analysis.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1997.
- CARR, E.H. A História do Pensamento Político.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CHOMSKY, N. A nova ordem mundial: o desafio da globalização.** Tradução de Fulano de Tal. São Paulo: Editora XYZ, 2000.

**CHOMSKY, N. *The Washington Connection and Third World Fascism*. 1. ed. Boston: South End Press, 1979.**

**COOPER, R. *The breaking of nations: order and chaos in the twenty-first century*. New York: Grove P., 2003.**

**CUMINGS, B. *Japan and the Asian Periphery*. In LEFFLER, Melvyn. P.; PAINTER, David S. (orgs.). *Origins of the Cold War - An International History*. London/New York, Routledge, 1995.**

**DA SILVA, A. L. R. *Depois do muro: crise de hegemonia e multipolaridade no sistema internacional pós-Guerra Fria*. História: Debates e Tendências v. 10, n. 1, p. 156-172, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456400011.pdf>. Acesso em: 7 de mar. 2024.**

**DA VEIGA, F. S. F. *O fim do sistema internacional da Guerra Fria: o colapso da União soviética vs a hegemonia dos Estados Unidos da América – Uma Proposta Didática*. Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutorado. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33041/1/ulfpie052287\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33041/1/ulfpie052287_tm.pdf). Acesso em: 22 de mar. 2024.**

**EVANS, R. *The Third Reich at War*. London: Allen Lane, 2008.**

**FERREIRA, M. A. S. V. *Instituições Estatais e Segurança Internacional: um histórico das mudanças nos Estados Unidos após o 11 de setembro*. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 2, n. 2, p. 83-102, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2017v2n2.35507>. Acesso em: 22 de mar. 2024.**

**FERREIRA, M. M. A. *A Grande Estratégia Norte-Americana e o Tribunal Penal Internacional (1990-2008)*. Campinas, SP: [s. n.], 2011. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/807668>. Acesso em: 26 de mar. 2024.**

**FROELICH, I. V. *American Foreign Politics and its critics*. Revista Brasileira de Política Internacional; Brasília Vol. 48, Iss. 2, 2005. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/9cac59ff8ab9633d134d0a65cb8234e0/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606380#>. Acesso em: 15 de out. de 2024.**

**GADDIS, J. L. *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War*. New York: Oxford University Press, 1982.**

**GADDIS, J. L. *The Cold War: A New History*. New York: Penguin, 2005.**

**HARBUTT, F. J. *Yalta 1945: Europe and America at the crossroads*. Cambridge University Press, 2010.**

- HOBBSAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991.** 2. Ed. São Paulo, SP: Cia das Letras, 2017, 1995.
- HUNTINGTON, S. P. O Choque de Civilizações e a Reconfiguração da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- HURRELL, A. Latin America's New Security Agenda.** *International Affairs*, v. 74, n 3, p. 529 - 546, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.00032>. Acesso em: 11 de mar. 2024.
- IKENBERRY, J. G. Liberal Order and the Future of World Politics.** New York: Cambridge University Press, 2018.
- JACKSON, P. September 11 attacks: What happened on 9/11?.** Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-57698668>.amp. Acesso em: 19 de ago. de 2024.
- JUNIOR, J. H. M. DE SOUZA, M. C. S. A. Onze de setembro como marco do surgimento do terrorismo transnacional e as relações estatais.** *Pensamiento Americano*, Vol. 10 - No. 19, p. 200-209, 2017. Corporación Universitaria Americana Barranquilla, Colombia. Disponível em: <http://coruniamericana.edu.co/publicaciones/ojs/index.php/pensamientoamericano>. Acesso em: 16 de mai. 2024.
- KAGAN, R. The return of history and the end of dreams.** New York, 2008.
- KAPLAN, L. The Long Entanglement: NATO's First Fifty Years.** Westport: Praeger Security International, 1999.
- KENNEDY, P. The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000.** New York: Random House, 1987.
- KISSINGER, H. A World Restored: Metternich, 1773-1859.** Boston: Houghton Mifflin, 1957.
- KISSINGER, H. Diplomacia.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997.
- KRAUTHAMMER, C. The unipolar moment.** *Foreign Affairs*, v. 70, n.1,1990-1991.
- LAFEBER, W. The New Empire: An Interpretation of American Expansion, 1860-1898.** Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- LIEBER, R. J. The American Era: Power and Strategy for the 21st Century.** New York: W.W. Norton & Company, 2005.

**LIPPMANN, W. *The Cold War: A Study in U. S. Foreign Policy.*** Nova Iorque, Harper and Bros., 1947.

**LYNCH, M. *The Arab Uprising: The Unfinished Revolutions of the New Middle East.*** New York: PublicAffairs, 2012.

**MARIUTTI, E. B. *EUA: Fundamentos e tendências gerais da Hegemonia Estadunidense no Pós-Guerra Fria. Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas. Livro 2. Capítulo 2.*** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2009. Disponível em: [https://cprepmauss.com.br/site/wp-content/uploads/2018/08/eua\\_fundamentostendenciasgeraisdahegemoniaestadunidensenopos-guerrafria41288.pdf](https://cprepmauss.com.br/site/wp-content/uploads/2018/08/eua_fundamentostendenciasgeraisdahegemoniaestadunidensenopos-guerrafria41288.pdf). Acesso em: 16 de out. de 2024.

**MCPHERSON, J. M. *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era.*** Oxford: Oxford University Press, 1988.

**McCULLOUGH, D. *1776.*** Nova York: Simon & Schuster, 2005.

**McCULLOUGH, David. *Truman.*** New York: Simon & Schuster, 1992.

**MORGENTHAU, H. *Politics among Nations.*** Knopf, New York, 1948. "In Defense of the National Interest" Knopf, New York, 1951.

**PONTES, M. R. D. *O Que é Segurança?.*** Revista Brasileira de Inteligência, n. 9, p. 9-28, 1 de maio de 2015. Disponível em: <https://rbi.enap.gov.br/index.php/RBI/article/view/113/89>. Acesso em: 14 de mai. 2024.

**RAMOS, L. ZAHARAN, G. *Da Hegemonia ao Poder Brando: Implicações de uma Mudança Conceitual.*** Cena Internacional, ano 8, nº1. pp. 134-160. 2006. Disponível em: <https://bi-blat.unam.mx/hevila/CENAIternacional/2006/vol8/no1/9.pdf>. Acesso em: 29 de mar. 2024.

**RESENDE, E. S. A. *Da contenção à prevenção: reflexões sobre a legitimidade da estratégia de segurança nacional norte-americana do pós-guerra fria.*** 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

**RODRIGUES, C. S. *As Bases da Hegemonia Americana no Século XXI.*** Rio de Janeiro: ESG, 2022. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1590>. Acesso em: 13 de mar. 2024.

**SANTOS, M. H. C. *Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria: doutrinas e o uso da força.*** Rev. Bras. Polít. Int. 53 (1): 157-191 [2010].

**SATO, E. *A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções.*** Rev. Bras. Polít. Int. 43 (1): 138-169 [2000]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000100009>. Acesso em: 11 de abr. 2024.

- SCHELLING**, Thomas C. **Arms and Influence**. New Haven: Yale University Press, 1966.
- TANNO**, G. **A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, jan./jun. 2003. p. 48. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2024.
- THE WHITE HOUSE**. **A National Security Strategy For a New Century**. dez. 1999. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/regional/ar/natsec2k>. Acesso em: 18 de mar. 2024.
- THE WHITE HOUSE**. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, D.C. 2002. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- THOMPSON**, E. P. **Beyond the Cold War**. London, Merlin Press, 1982.
- TILL**, G. **Maritime Strategy and the Question of a Maritime Nation**. Londres: Routledge, 2013.
- U.S. GOVERNMENT**. **Homeland Security Act of 2002**. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 2002. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-107publ296/pdf/PLAW-107publ296.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.
- VELLOSO**, J. P. R.; **MARTINS**, L. **A nova ordem mundial em questão**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1993.
- VIZZOTTO**, V. D. **A Restrição de Direitos Fundamentais e o 11 de Setembro: Breve Análise de Dispositivos Polêmicos do Patriot Act**. Direito e Democracia – vol. 5, n.1, 2004. p. 223 – 256. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/direito/article/view/2482/1714>. Acesso em: 6 de jun. 2024.
- WALT**, S. M. **The Hell of Good Intentions: America's Foreign Policy Elite and the Decline of U.S. Primacy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.
- WALTZ**, K. N. **O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica**. Tradução: Victor P. Maia Correia. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- WHITE**, R. **The Organic Machine: The Remaking of the Columbia River**. New York: Hill and Wang, 1995.
- “X”** (George F. Kennan). **The Sources of Soviet Conduct**. 1947. Disponível em: [foreignaffairs.com/russian-federation/george-kennan-sources-soviet-conduct](https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/george-kennan-sources-soviet-conduct). Acesso em: 9 de abr. 2024.

**ZELIKOW, D. *The Road to 9/11: Wealth, Empire, and the Future of America.* University of California Press. 2007.**